



Demonstrações financeiras consolidadas

30 de junho de 2018

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

ÍNDICE

1. DESEMPENHO FINANCEIRO	4
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	14
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018	19
1 INFORMAÇÃO GERAL	19
2 BASE DE PREPARAÇÃO	24
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	25
4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	32
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS	35
6 GOODWILL	39
7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	39
8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	42
9 CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	46
10 ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA VENDA	48
11 INVESTIMENTOS EM INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO A JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	49
12 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	51
13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	52
14 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	57
15 CAPITAL SOCIAL, AÇÕES PRÓPRIAS E PRÉMIO DE EMISSÕES DE AÇÕES	57
16 RESERVAS	58
17 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	59
18 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS	62
19 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS	63
20 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	64
21 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	65
22 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO	65

23	OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	66
24	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	66
25	GASTOS COM PESSOAL	67
26	OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	67
27	GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS	68
28	CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO	68
29	RESULTADO POR AÇÃO	69
30	DIVIDENDOS POR AÇÃO	69
31	ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	70
32	PARTES RELACIONADAS	71
33	EVENTOS SUBSEQUENTES	73
4.	ANEXOS	75

1. DESEMPENHO FINANCEIRO

1.1. Resultados do 1º semestre

No primeiro semestre de 2018, o resultado líquido do Grupo REN ascendeu a 52,8 milhões de Euros, um ligeiro decréscimo de 0,1 milhões de Euros (-0,3%) face ao período homólogo do ano anterior. Para esta evolução contribuiu a incorporação dos resultados da Portgás - empresa de Distribuição de Gás Natural adquirida em outubro de 2017-, com impacto de 11,8 milhões de Euros no EBIT do primeiro semestre de 2018 (21,2 milhões de Euros em EBITDA), compensada pela redução de 11,1 milhões de Euros no EBIT do Transporte de Eletricidade e Gás Natural (-11,5 milhões de Euros em EBITDA) e pelo aumento de 1,4 milhões de Euros (+5,0%) no imposto do exercício.

Importa referir ainda que, a Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético continua a refletir-se nos resultados de 2018, à semelhança dos anos anteriores (25,4 milhões de Euros em 2018, e 25,8 milhões de Euros em 2017¹).

O investimento do Grupo situou-se nos 39,4 milhões de Euros, um decréscimo de 3,8% (-1,6 milhões de Euros), e as transferências para RAB cresceram 17,0 milhões de Euros face aos primeiros 6 meses de 2017 para os 19,3 milhões de Euros. O RAB médio apresentou um crescimento de 384,9 milhões de Euros (+11,1%), situando-se nos 3.855,2 milhões de Euros, refletindo a aquisição da REN Portgás (+459,9 milhões de Euros).

As condições de financiamento evoluíram positivamente, com o custo médio de financiamento a reduzir para os 2,3% (-0,3 p.p. quando comparado com junho de 2017). Por outro lado, a dívida líquida situou-se nos 2.686,7 milhões de Euros, uma subida de 4.2% (+109,2 milhões de Euros) face ao mesmo período do ano anterior, refletindo essencialmente a aquisição da REN Portgás, parcialmente compensada pelo aumento de capital, ambos realizados em 2017.

PRINCIPAIS INDICADORES (MILHÕES DE EUROS)	junho 2018	junho 2017	VAR.%
EBITDA	252,4	242,7	4,0%
Resultado financeiro ²	-27,3	-27,5	0,6%
Resultado líquido ¹	52,8	53,0	-0,3%

¹ A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético foi reconhecida integralmente no primeiro trimestre de 2018 e 2017, de acordo com as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

² O custo de 0,4 milhões de Euros a junho de 2018 e 0,3 milhões de Euros a junho de 2017 decorrente dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal - denominado FTR (*Financial Transaction Rights*), foram reclassificados de resultados financeiros para Proveitos.

PRINCIPAIS INDICADORES (MILHÕES DE EUROS)	junho 2018	junho 2017	VAR.%
Resultado líquido recorrente	78,4	80,9	-3,0%
Capex total	39,4	41,0	-3,8%
Transferências para RAB ¹ (a custos históricos)	19,3	2,3	733,8%
RAB médio (a custos de referência)	3.855,2	3.470,3	11,1%
Dívida líquida	2.686,7	2.577,4	4,2%
Custo médio da dívida	2,3%	2,6%	-0,3p.p.

Resultado operacional - EBITDA

Negócio de Transporte de Eletricidade e Gás Natural

O EBITDA dos primeiros 6 meses de 2018, situou-se nos 231,2 milhões de Euros, um decréscimo de 4,8% (11,5 milhões de Euros) face ao período homólogo do ano anterior.

EBITDA - TRANSPORTE (MILHÕES DE EUROS)	junho 2018	junho 2017	VAR.%
1) Proveitos de Ativos	207,5	227,5	-8,8%
Remuneração do RAB	87,6	106,2	-17,6%
Diferenças de alisamento (gás)	0,0	0,6	-100,0%
Remuneração de terrenos	0,1	0,1	-4,9%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,4	0,4	-1,2%
Incentivo à racionalidade económica dos investimentos	10,8	10,8	0,0%
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	99,6	100,4	-0,7%
Amortização dos subsídios ao Investimento	9,0	9,0	-0,5%
2) Proveitos de Opex	52,8	48,3	9,4%
3) Outros proveitos	13,0	13,2	-1,7%
4) TPE's (capitalizados no Investimento)	7,8	6,2	25,3%
5) Rendimentos de construção (excl. TPE's capitalizados no investimento) - Ativos Concessionados	22,9	34,7	-34,0%
6) OPEX	49,7	52,3	-5,1%
Custos com Pessoal ²	24,9	25,1	-0,7%
Custos Externos	24,8	27,2	-9,1%
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	22,9	34,7	-34,0%
8) Provisões	0,1	0,0	n.m.
9) Imparidades	0,2	0,2	-5,1%
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	231,2	242,7	-4,8%

¹ Inclui aquisições diretas (RAB related).

² Inclui custos com formação e seminários e provisões relacionadas com custos com pessoal

A contribuir para a evolução desfavorável do EBITDA esteve:

- A redução de 18,6 milhões de Euros (-17,6%) da remuneração da base de ativos regulada, explicada por:
 - Redução de 13,6 milhões de Euros na remuneração dos ativos regulados do setor de transporte de eletricidade, refletindo (i) a redução na taxa de remuneração (RoR) base de 6,4% em junho de 2017 para 5,2% em junho de 2018 - com o novo período regulatório do setor elétrico iniciado em janeiro de 2018, o ponto de partida do RoR passou de 6,4% para 5,9%; e (ii) a redução de 21,5 milhões de Euros (-1,0%) no RAB médio;
 - Redução de 5,1 milhões de Euros na remuneração dos ativos regulados do setor de transporte de Gás Natural, refletindo (i) a redução na taxa de remuneração de 6,3% em junho de 2017 para 5,5% em junho de 2018 - impactada pela evolução da cotação das Obrigações do Tesouro da República Portuguesa a 10 anos; e (ii) a redução de 40,8 milhões de Euros (-3,8%) no RAB médio.

Por outro lado, destacam-se os seguintes efeitos positivos:

- Aumento de 4,5 milhões de Euros nos Proveitos de Opex (+9,4%);
- Redução de 2,7 milhões de Euros no opex (-5,1%), que ficou a dever-se às reduções de 2,5 milhões de Euros (-9,1%) nos Custos Externos e 0,2 milhões de Euros (-0,7%) em Custos com Pessoal;
- Aumento de 1,6 milhões de Euros nos Trabalhos para a Própria Empresa (TPE's) capitalizados no investimento (+25,3%).

Negócio de Distribuição de Gás Natural

A consolidação da Portgás, adquirida em outubro de 2017, nos resultados do Grupo REN, gerou um EBITDA nos primeiros 6 meses de 2018 de 21,2 milhões de Euros. Este resultado teve como principais contributos:

- A remuneração do RAB (13,4 milhões de Euros), para a qual contribuiu uma taxa de remuneração de 5,8% (taxa de remuneração indexada às Obrigações do Tesouro da República Portuguesa a 10 anos) e um RAB médio de 459,9 milhões de Euros;
- A recuperação das amortizações (6,3 milhões de Euros);
- Proveitos de Opex de 10,1 milhões de Euros.

A contribuir negativamente estiveram:

- O Opex de 11,3 milhões de Euros, dos quais 2,6 milhões de Euros referentes a custos com pessoal e 8,7 milhões de Euros a custos externos. Os custos externos incluem 3,8 milhões de Euros de custos *pass-through*, designadamente as Taxas de Ocupação de Subsolo.

EBITDA - DISTRIBUIÇÃO (MILHÕES DE EUROS)	junho 2018
1) Proveitos de Ativos	19,7
Remuneração do RAB	13,4
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	6,3
2) Proveitos de Opex	10,1
3) Outros proveitos	1,6
4) TPE's (capitalizados no Investimento)	1,1
5) Rendimentos de construção (excl. TPE's capitalizados no investimento) - Ativos Concessionados	7,5
6) OPEX	11,3
Custos com Pessoal ¹	2,6
Custos Externos	8,7
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	7,5
8) Provisões	0,0
9) Imparidades	-0,1
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	21,2

Resultado líquido

Nos primeiros 6 meses de 2018, o resultado líquido situou-se nos 52,8 milhões de Euros, uma ligeira redução de 0,1 milhões de Euros (-0,3%) face ao mesmo período do ano anterior.

¹ Inclui custos com formação e seminários e provisões relacionadas com custos com pessoal

Este decréscimo refletiu o aumento das amortizações do exercício (+9,0 milhões de Euros) - resultante da incorporação dos resultados da Portgás, adquirida em outubro de 2017, compensado parcialmente por:

- Aumento de 0,2 milhões de Euros do resultado financeiro (+0,6%), refletindo o crescimento da dívida líquida para 2.686,7 milhões de Euros (+109,2 milhões de Euros; +4,2%), como consequência da aquisição da REN Portgás, parcialmente compensada pelo aumento de capital, apesar da redução de 0,3 p.p. no custo médio de financiamento, que passou de 2,6%, em junho de 2017, para 2,3%, em junho de 2018.
- Crescimento de 9,7 milhões de Euros do EBITDA (+4,0%), refletindo o EBITDA do novo negócio de Distribuição de Gás Natural (+21,2 milhões de Euros), parcialmente compensado pelo decréscimo de 11,5 milhões de Euros no EBITDA do Transporte de Eletricidade e Gás Natural.

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o Resultado Líquido Recorrente dos primeiros 6 meses de 2018 apresentou um decréscimo de 2,4 milhões de Euros (-3,0%). Os itens não recorrentes considerados nos primeiros 6 meses de 2018 e 2017 são os seguintes:

- i) Em 2018: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2018 (25,3 milhões de Euros); ii) custos decorrentes dos processos de venda da REN Portgás GPL (0,3 milhões de Euros, 0,2 milhões de Euros após efeito fiscal) que foi concluída em julho de 2018;
- ii) Em 2017: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2017 (25,8 milhões de Euros); ii) custos decorrentes dos processos de aquisição da Electrogas e EDP Gás (2,9 milhões de Euros, 2,1 milhões de Euros após efeito fiscal).

RESULTADO LÍQUIDO (MILHÕES DE EUROS)	junho 2018	junho 2017	VAR.%
EBITDA	252,4	242,7	4,0%
Depreciações e amortizações	117,7	108,6	8,3%
Resultado financeiro	-27,3	-27,5	0,6%
Imposto do Exercício	29,2	27,9	5,0%
Contribuição Extraordinária s/ Setor Energético ¹	25,4	25,8	-1,5%

¹ A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético foi reconhecida integralmente no primeiro trimestre de 2018 e 2017, de acordo com as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

RESULTADO LÍQUIDO (MILHÕES DE EUROS)	junho 2018	junho 2017	VAR.%
Resultado Líquido	52,8	53,0	-0,3%
Itens não recorrentes	25,6	27,9	-8,2%
Resultado Líquido Recorrente	78,4	80,9	-3,0%

1.2. RAB médio e investimento

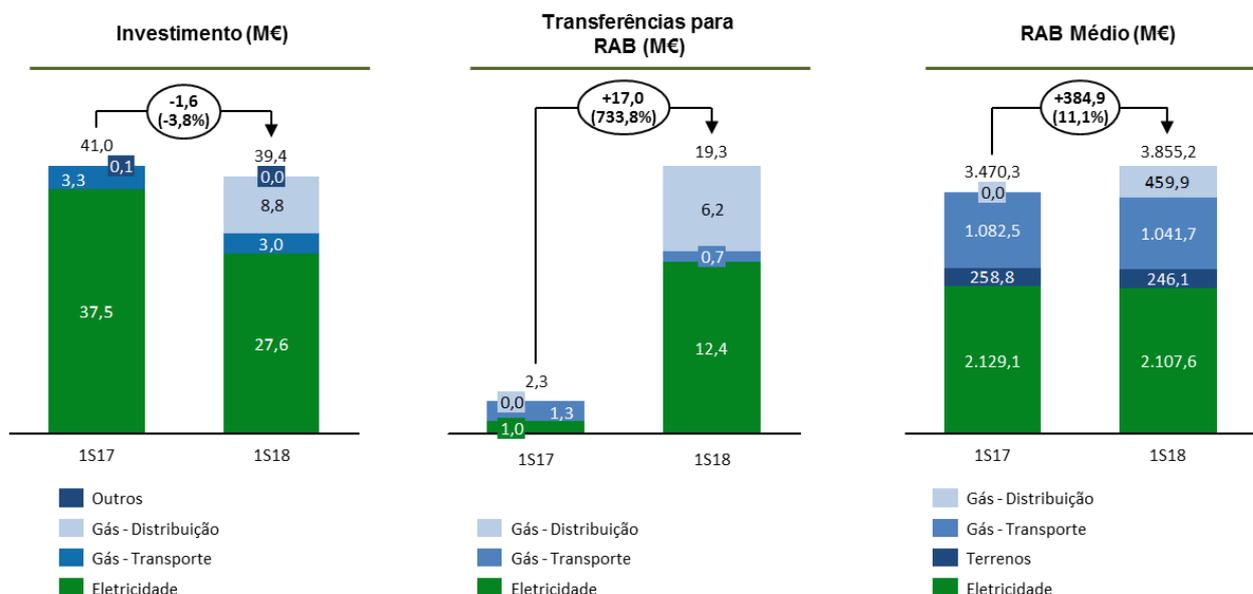
Nos primeiro semestre de 2018, o investimento ascendeu a 39,4 milhões de Euros, uma redução de 3,8% (-1,6 milhões de Euros) face ao mesmo período do ano anterior, e as transferências para exploração situaram-se nos 19,3 milhões de Euros, um aumento de 17,0 milhões de Euros.

No setor da eletricidade, o investimento ascendeu a 27,6 milhões, um decréscimo de 26,5% face ao mesmo período de 2017, e as transferências para RAB aumentaram 11,4 milhões de Euros, situando-se nos 12,4 milhões de Euros. Destaca-se o investimento realizado nos projetos de (i) Remodelação da linha Rio Maior - Alto Mira (2,4 milhões de Euros), (ii) Remodelação de sistemas de comando e proteção em Riba d'Ave (2,0 milhões de Euros), (iii) *uprating* da linha Carregado-Rio Maior 1 (1,8 milhões de Euros), (iv) *uprating* da linha Riba de Ave - Recarei 1 (1,8 milhões de Euros), (v) Remodelação de sistemas de comando e proteção em Canelas (1,5 milhões de Euros), e (vi) Remodelação dos sistemas de comando e proteção na Falagueira (1,0 milhões de Euros).

No setor do Transporte de Gás Natural o investimento ascendeu a 3,0 milhões de Euros, uma redução de 8,2% face ao mesmo período do ano anterior, e as transferências para exploração reduziram 0,6 milhões de Euros (-45,2%) face aos primeiros 6 meses do ano passando para 0,7 milhões de Euros.

No setor da Distribuição de Gás Natural, o investimento ascendeu a 8,8 milhões de Euros, com cerca de 35% aplicados na captação de novos pontos de abastecimento e cerca de 50% na expansão das redes de distribuição.

O RAB médio situou-se nos 3.855,2 milhões de Euros, um crescimento de 384,9 milhões de Euros (+11,1%) face ao período homólogo do ano anterior, influenciado pela aquisição da REN Portgás cujo RAB médio ascendeu a 459,9 milhões de Euros. No setor da eletricidade, o RAB médio (excl. terrenos) ascendeu a 2.107,6 milhões de Euros (-21,5 milhões de Euros, -1,0%), dos quais 1.130,8 milhões de Euros em ativos com prémio, enquanto os terrenos situaram-se nos 246,1 milhões de Euros (-12,7 milhões de Euros, -4,9%). No setor do Transporte de Gás Natural, o RAB médio situou-se nos 1.041,7 milhões de Euros (-40,8 milhões de Euros, -3,8%).



1.3. Principais acontecimentos do Grupo REN

janeiro

- A REN emitiu 300 milhões de euros em obrigações a 10 anos, com uma taxa de juro correspondente à mid swap rate a 10 anos acrescida de 0,8%.

fevereiro

- A REN inaugurou o Data Center de Riba de Ave, uma infraestrutura que permite reforçar a segurança da Rede de Telecomunicações de Segurança (RTS) e contou com a presença do Senhor Ministro da Economia Manuel Caldeira Cabral e Secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches.

março

- Foi registado o máximo histórico na produção nacional de eletricidade, de 12043 MW, superior em 555 MW ao anterior máximo registado em 2016.
- Por 2 períodos de 64h e 69h, a produção renovável foi suficiente para abastecer o consumo de eletricidade.
- A REN e o Green Project Awards (GPA) lançaram Prémio GPA - REN Biodiversidade e Florestas para promover inovação e desenvolvimento de melhores práticas na proteção da floresta e da biodiversidade.
- Foi registado um novo máximo histórico na Produção Eólica Diária em Portugal, com 101 GWh, acima dos 96,7 GWh registados em janeiro de 2017.

abril

- A APP REN Energia venceu o Grande Prémio da Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE), na categoria Comunicação Móvel e Apps.
- A REN entregou oito viaturas a oito corporações de Bombeiros no âmbito da sua política de apoio às comunidades locais e à prevenção de incêndios florestais.
- A REN e o Governo português, através da Secretaria de Estado da Energia, assinaram um acordo que prevê a extensão da Zona Piloto Portuguesa (ZP) para a produção de energia das ondas em Viana do Castelo.

maio

- A Assembleia Geral de accionistas de REN aprovou os órgãos sociais para o mandato de 2018-2020, que conta com dois novos representantes no Conselho de Administração, Li Lequan, Vice-Presidente Sénior da State Grid International Development Corporation Limited e membro do Conselho de Administração da ElectraNet, e Manuela Veloso, professora universitária Herbert A. Simon, na Universidade Carnegie Mellon, sendo ainda responsável pelo Departamento de Aprendizagem Automática da Escola de Ciências de Computação. No novo mandato, o Longhua Jian, Vice-Presidente Executivo da China Electric Power Equipment and Technology Co.Ltd deixa de exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da REN.
- A REN apresentou o seu plano estratégico para o período de 2018 a 2021, mantendo o compromisso com operação em Portugal e abertura a oportunidades de investimento.
- A REN e a ONEE - Office National de l'Electricité et de l'Eau Potable de Marrocos foram mandatadas pelos Governos de Portugal e Marrocos para apresentarem, num prazo de seis meses, uma proposta de anteprojecto de construção e de modelo de financiamento para a construção da interligação elétrica Portugal-Marrocos.
- A App REN Energia obteve duas distinções nos Communicator Awards - na categoria Mobile General Business e na categoria Best User Interface.

junho

- A REN apresentou, no 2º Simpósio da Cátedra REN, as conclusões das atividades realizadas nos últimos 3 anos por 13 investigadores da Cátedra REN em Biodiversidade, que estudaram o impacto das infraestruturas elétricas nas aves. O evento contou com a presença do biólogo norte-americano Rick Harness, especialista no estudo da interação das aves com instalações elétricas.
-

Demonstrações dos resultados e do rendimento integral para o período intercalar entre 1 de abril e 30 de junho de 2018 e 2017

Demonstrações consolidadas dos resultados (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	01.04.2018 a 30.06.2018	01.04.2017 a 30.06.2017
Vendas	26	-
Prestações de serviços	142.065	133.532
Rendimentos de construção em ativos concessionados	25.396	27.745
Ganhos e perdas imputados de associadas e empreendimentos conjuntos	1.394	927
Outros rendimentos operacionais	5.626	8.115
Total dos rendimentos operacionais	174.507	170.319
Custo das vendas	(388)	(78)
Gastos de construção em ativos concessionados	(20.754)	(24.611)
Fornecimentos e serviços externos	(11.433)	(10.564)
Gastos com pessoal	(13.892)	(12.638)
Depreciações e amortizações do exercício	(58.985)	(54.236)
Reversões / (reforços) de provisões	(57)	(40)
Reversões / (reforços) de imparidades	(86)	(105)
Outros gastos operacionais	(3.797)	(3.180)
Total dos gastos operacionais	(109.392)	(105.452)
Resultado operacional	65.115	64.868
Gastos de financiamento	(19.702)	(18.007)
Rendimentos financeiros	4.003	946
Dividendos de empresas participadas	4.968	5.013
Resultado financeiro	(10.731)	(12.048)
Resultado consolidado antes de impostos	54.384	52.819
Imposto sobre o rendimento	(14.569)	(13.329)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	(65)	-
Resultado líquido consolidado do período	39.750	39.490
Atribuível a:		
Acionistas do grupo REN	39.750	39.490
Interesses não controlados	-	-
Resultado líquido consolidado do período	39.750	39.490
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	0,06	0,07

Demonstrações consolidadas do rendimento integral (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	01.04.2018 a 30.06.2018	01.04.2017 a 30.06.2017
Resultado líquido consolidado do período	39.750	39.490
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:	-	-
Itens que não serão reclassificados para resultados:		
Ganhos / (perdas) atuariais	248	(52)
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	(75)	16
Outras variações de capital próprio	36	-
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:		
Diferenças de conversão cambial (empresas associadas)	8.084	(10.608)
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	(2.356)	643
Efeito fiscal da reserva de cobertura	495	180
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	4.037	1.606
Efeito fiscal da reserva de justo valor	(848)	(616)
Total do rendimento consolidado integral do período	49.372	30.660
Atribuível a:		
Acionistas	49.372	30.660
Interesses não controlados	-	-
	49.372	30.660

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações consolidadas da posição financeira em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Jun 2018	Dez 2017
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3.029	3.227
Goodwill	6	18.913	19.102
Ativos intangíveis	5	4.227.485	4.306.417
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	7	163.888	162.027
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	9 e 11	149.768	156.439
Instrumentos financeiros derivados	9 e 13	14.689	7.907
Outros ativos financeiros	9	36	27
Cientes e outras contas a receber	9 e 12	92.880	6.528
Ativos por impostos diferidos	8	106.030	97.737
		4.776.718	4.759.411
Corrente			
Inventários		2.966	2.958
Cientes e outras contas a receber	9 e 12	354.451	540.849
Caixa e equivalentes de caixa	14	52.107	61.458
		409.524	605.265
Ativos detidos para venda de operações descontinuadas	10	665	-
		410.189	605.265
Total do Ativo	4	5.186.907	5.364.676
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	15	667.191	667.191
Ações próprias	15	(10.728)	(10.728)
Prémio de emissões de ações		116.809	116.809
Reservas	16	309.290	310.191
Resultados acumulados		247.124	225.342
Outras variações no capital próprio		(5.561)	(5.541)
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		52.823	125.925
Total capital próprio		1.376.948	1.429.189
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	9 e 17	2.303.315	2.205.390
Obrigações de benefícios de reforma e outros	18	119.566	121.977
Instrumentos financeiros derivados	9 e 13	8.695	6.960
Provisões para outros riscos e encargos	19	9.071	9.035
Fornecedores e outras contas a pagar	9 e 20	384.741	364.961
Passivos por impostos diferidos	8	100.360	99.534
		2.925.748	2.807.857
Corrente			
Empréstimos obtidos	9 e 17	450.872	624.336
Fornecedores e outras contas a pagar	9 e 20	397.839	473.337
Imposto sobre o rendimento a pagar	8 e 9	34.980	29.957
		883.691	1.127.630
Passivos detidos para venda de operações descontinuadas	10	520	-
		884.211	1.127.630
Total Passivo	4	3.809.959	3.935.487
Total do capital próprio e passivo		5.186.907	5.364.676

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos resultados para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Jun 2018	Jun 2017
Vendas	21	34	15
Prestações de serviços	21	286.976	272.977
Rendimentos de construção em ativos concessionados	22	39.277	40.857
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	7	2.542	2.753
Outros rendimentos operacionais	23	15.561	13.611
Total dos rendimentos operacionais		344.390	330.213
Custo das vendas		(821)	(124)
Gastos de construção em ativos concessionados	22	(30.410)	(34.667)
Fornecimentos e serviços externos	24	(22.176)	(20.252)
Gastos com pessoal	25	(27.253)	(24.800)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(117.656)	(108.636)
Reversões / (reforços) de provisões	19	(57)	27
Reversões / (perdas) por imparidade		(105)	(199)
Outros gastos operacionais	26	(10.740)	(7.131)
Total dos gastos operacionais		(209.218)	(195.782)
Resultado operacional		135.172	134.432
Gastos de financiamento	27	(37.648)	(36.716)
Rendimentos financeiros	27	4.975	3.889
Dividendos de empresas participadas	11	4.968	5.013
Resultado financeiro		(27.705)	(27.813)
Resultado consolidado antes de impostos		107.467	106.619
Imposto sobre o rendimento	8	(29.246)	(27.856)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	28	(25.398)	(25.798)
Resultado líquido consolidado do período		52.823	52.965
Atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		52.823	52.965
Interesses que não controlam		-	-
Resultado líquido consolidado do período		52.823	52.965
Resultado por ação (Básico e Diluído) Euros	29	0,08	0,10

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Jun 2018	Jun 2017
Resultado líquido consolidado do período		52.823	52.965
Itens que não serão reclassificados para resultados:			
Ganhos / (perdas) atuariais		(64)	125
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	8	19	(36)
Outras variações de capital próprio		87	-
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
Diferenças de conversão cambial (empresas associadas)	7	4.118	(10.860)
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	13	330	4.548
Efeito fiscal da reserva de cobertura	8 e 13	(69)	(435)
Reserva de justo valor (Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral)	11	(6.684)	2.012
Efeito fiscal da reserva de justo valor	8 e 11	1.404	(868)
Total do rendimento consolidado integral do período		51.963	47.452
Atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		51.963	47.452
Interesses que não controlam		-	-
		51.963	47.452

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível a detentores de capital da empresa-mãe										Total
		Capital social	Ações próprias	Prémio de emissão de ações	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 11)	Reserva cobertura (Nota 13)	Outras reservas	Outras variações	Resultados acumulados	Resultado período	
A 1 de janeiro de 2017		534.000	(10.728)	-	106.800	48.781	(13.858)	177.482	30	216.527	100.183	1.159.218
Total do rendimento integral do período		-	-	-	-	1.144	4.113	(10.860)	-	89	52.965	47.452
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	-	-	100.183	(100.183)	-
Distribuição de dividendos	30	-	-	-	-	-	-	-	-	(90.650)	-	(90.650)
A 30 de junho de 2017		534.000	(10.728)	-	106.800	49.925	(9.745)	166.622	30	226.149	52.965	1.116.019
A 31 de dezembro de 2017		667.191	(10.728)	116.809	106.800	53.778	(9.702)	159.315	(5.541)	225.342	125.925	1.429.189
Adoção da IFRS 9 - Instrumentos financeiros	3	-	-	-	-	-	-	-	-	9.223	-	9.223
A 1 de janeiro de 2018		667.191	(10.728)	116.809	106.800	53.778	(9.702)	159.315	(5.541)	234.565	125.925	1.438.411
Total do rendimento integral do período		-	-	-	-	(5.280)	261	4.118	(20)	61	52.823	51.963
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	-	-	125.925	(125.925)	-
Distribuição de dividendos	30	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.426)	-	(113.426)
A 30 de junho de 2018		667.191	(10.728)	116.809	106.800	48.498	(9.441)	163.433	(5.561)	247.124	52.823	1.376.948

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Jun 2018	Jun 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1.179.006 a)	1.284.930 a)
Pagamentos a fornecedores		(836.534) a)	(944.205) a)
Pagamentos ao pessoal		(36.384)	(32.754)
Recebimento / (pagamento) do imposto sobre o rendimento		(30.660)	(25.414)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		6.108	(4.701)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		281.536	277.856
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos intangíveis		15	-
Outros ativos financeiros		-	1.309
Subsídios ao investimento		3.648	1.471
Juros e rendimentos similares		197	-
Dividendos	7 e 11	3.664	5.890
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras	7	(12)	(169.285)
Ativos fixos tangíveis		(53)	(191)
Ativos fixos intangíveis		(82.419)	(93.135)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		(74.960)	(253.941)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.400.091	2.417.150
Juros e rendimentos similares		-	8
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.465.734)	(2.298.551)
Juros e gastos similares		(43.105)	(41.925)
Dividendos	30	(113.426)	(90.650)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		(222.175)	(13.968)
Aumento líquido / (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(15.599)	9.947
Efeito das taxas de câmbio	14	(91)	1.669
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	14	60.448	10.680
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		44.759	22.296
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	14	23	21
Descobertos bancários	14	(7.348)	(374)
Depósitos bancários	14	52.084	22.649
		44.759	22.296

a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

1 INFORMAÇÃO GERAL

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN” ou “Empresa” e, conjuntamente com as suas subsidiárias, designada por “Grupo” ou “Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “*unbundling*” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “*holding*” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN - Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

- a) REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;
- b) REN Trading, S.A. constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio

Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada junto dos distribuidores nacionais e internacionais;

c) Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no setor do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias;

e) REN Gás Distribuição SGPS S.A., adquirida no âmbito de expansão do negócio do gás no dia 4 de outubro de 2017. A atividade da empresa consiste na gestão de participações noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas;

f) REN Portgás Distribuição, S.A. (“REN Portgás”), adquirida no âmbito de expansão do negócio do gás no dia 4 de outubro de 2017. A atividade da empresa consiste na distribuição de gás natural em baixa e média pressão, bem como a produção e distribuição de outros gases combustíveis canalizados e, ainda, outras atividades relacionadas com o objeto principal, designadamente a produção e comercialização de equipamentos de queima;

g) REN Portgás GPL, S.A., adquirida no âmbito de expansão do negócio do gás no dia 4 de outubro de 2017. A atividade da empresa consiste: a) na comercialização de energia sob a forma de gás de petróleo liquefeito, propano ou outro, em conformidade com as licenças de que for titular, designadamente, a compra e venda, incluindo a revenda, de gás de petróleo liquefeito, para comercialização a clientes finais ou outros agentes, através da celebração de contratos bilaterais ou da participação em outros mercados; b) o desenvolvimento e exploração de infra-estruturas de gás não reservadas por lei; c) a prestação de serviços de auditoria, manutenção e reparação de instalações de consumo de gás de petróleo liquefeito, bem como a prestação de serviços de valor acrescentado na área da comercialização e do consumo; d) a prestação de serviços de estudo, consultoria e pesquisa de sistemas e processos no sector do gás de petróleo liquefeito.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006. Por sua vez a empresa na alínea f) desenvolve a sua atividade por contrato de concessão atribuída por um período de 40 anos, com início no ano de 2008.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

Em 10 de maio de 2013 foi constituída a REN Finance, B.V., empresa totalmente detida pela REN SGPS, com sede na Holanda, cujo objeto social é participar, financiar, colaborar e conduzir a gestão de empresas relacionadas.

Adicionalmente, em 24 de maio de 2013, em conjunto com a China Electric Power Research Institute, sociedade do Grupo State Grid foi constituído o Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”) em regime de *joint venture*, no qual o Grupo detém 1.500.000 ações representativas de 50% do respetivo capital.

O objeto social desta sociedade visa a implementação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Portugal, dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação e demonstração nas áreas de transporte de eletricidade e gestão de sistemas, a prestação de serviços de consultoria e serviços de educação e formação no âmbito destas atividades, bem como a realização de todas as atividades conexas e a prestação de serviços complementares, conexas ou acessórios ao seu objeto social.

Em 14 de dezembro de 2016 foi constituída a Aéreo Chile SPA, empresa totalmente detida pela REN Serviços, S.A., com sede em Santiago no Chile, cujo objeto social é a realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações.

Em 30 de junho de 2018 as principais participações que a REN detém são:

a) Uma participação de 42,5% do capital da empresa chilena Electrogas, S.A., que tem por objeto social a prestação de serviços de transporte de gás natural e outros combustíveis. Esta participação foi adquirida no dia 7 de fevereiro de 2017;

b) Uma participação de 40% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (“OMIP SGPS”) que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas;

c) Uma participação de 10% no capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único;

d) Uma participação de 1% na Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”), entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha;

e) Uma participação de 7,9% no capital social da Coreso, S.A. (“Coreso”), entidade que assiste os operadores das redes de transporte (“TSO”) Europeus em atividades de coordenação e segurança para permitir o fornecimento de eletricidade em segurança na Europa;

f) Participações no capital social das empresas: (i) Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”), participação de 7,5%; e (ii) MIBGÁS, S.A., participação de 6,67%.

1.1. Perímetro de consolidação

As Empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Atividade	Jun 2018		Dez 2017	
		Percentagem de capital detido		Percentagem de capital detido	
		Grupo	Individual	Grupo	Individual
Empresa-mãe:					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
Subsidiárias:					
Segmento da Eletricidade:					
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Praça de Alvalade, nº7 - 12º Dto, Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de eletricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço - Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.	100%	100%	100%	100%
Segmento de Telecomunicações:					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
Outros segmentos:					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back-office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
REN Finance, B.V. De Cuserstraat, 93, 1081 CN Amsterdam, The Netherlands	Participar, financiar, colaborar, conduzir a gestão de empresas relacionadas com o Grupo REN.	100%	100%	100%	100%
Segmento do Gás Natural:					
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
Detida pela REN Serviços, S.A.:					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º - Lisboa	Gestão de projetos e empreendimentos no setor do gás natural	100%	-	100%	-
Aéreo Chile SPA Santiago do Chile	Responsável pela realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações.	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Gás, S.A.:					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço - Pombal	Desenvolvimento, manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-
REN Gás Distribuição SGPS, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Gás Distribuição SGPS S.A.:					
REN Portgás Distribuição, S.A. Rua Linhas de Torres, 41 - Porto	Distribuição de gás natural	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Portgás Distribuição, S.A. :					
REN Portgás GPL, S.A. Rua Linhas de Torres, 41 - Porto	A comercialização de energia sob a forma de gás de petróleo liquefeito, propano ou outro	100%	-	100%	-

Não existiram alterações ao perímetro de consolidação em 2018 face ao reportado em 31 de dezembro de 2017.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas trimestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 26 de julho de 2018. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

2 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). As demonstrações financeiras apresentadas de forma condensada devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em particular verifica-se que em 30 de junho de 2018 que o passivo corrente no montante de 884.211 milhares de Euros é superior ao ativo corrente cujo montante total ascende a 410.189 milhares de Euros.

Contudo, para além dos resultados e fluxos de caixa consolidados projetados para o exercício de 2018, o Grupo dispõe com referência a 30 de junho de 2018, de linhas de crédito, sob a forma de papel comercial, disponíveis para utilização no montante de 825.000 milhares de Euros, encontrando-se uma parte substancial com garantia de colocação (Nota 17).

Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de Euros - mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2018.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, que as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2017, exceto na adoção da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, em detrimento da IAS 39, tendo em conta a aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2018. As restantes políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

Adoção de normas e interpretações novas emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018:

- **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

Em julho de 2014, o IASB (*International Accounting Standards Board*) emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (“IFRS 9”). A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016.

O Grupo efetuou a adoção da IFRS 9 tendo como impacto (i) um acréscimo dos capitais próprios, através do registo na rubrica de “Resultados acumulados”, no montante de 9.223 milhares de Euros (líquido de impostos no montante de 2.615 milhares de Euros); e (ii) um decréscimo do passivo, na rubrica de “Empréstimos obtidos”, no montante de 11.838 milhares de Euros, na data de adoção a 1 de janeiro de 2018, maioritariamente relativo às alterações na mensuração de passivos financeiros no âmbito da operação de troca de obrigações vincendas efetuada em 2016 pelo Grupo.

I. Classificação e mensuração

A IFRS 9 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração para os ativos financeiros que reflete o modelo de negócio utilizado na sua gestão e as características dos fluxos de caixa contratuais.

A IFRS 9 determina três principais categorias de classificação dos ativos financeiros: mensuradas ao custo amortizado, ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVOCI) e pelo Justo Valor através de Resultados (FVTPL). A IFRS 9 elimina as categorias de IAS 39: Detidos até à Maturidade (HTM), Contas a Receber e Disponíveis para Venda (AFS).

De acordo com a IFRS 9, contratos com derivados embutidos não poderão ser bifurcados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido deverá ser avaliado e classificado como um único ativo financeiro mensurado a justo valor por resultados.

Com base na avaliação dos novos requisitos de classificação não decorrem impactos significativos na contabilização dos seus ativos financeiros.

II. Imparidade

A IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" da IAS 39 por um modelo de "perda esperada" de crédito (ECL). Como tal, deixará de ser necessário que o evento de perda ocorra para que seja reconhecida imparidade.

O novo modelo de imparidade será aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou FVOCI, com exceção de investimentos em instrumentos de capital próprio.

De acordo com a IFRS 9, as perdas serão mensuradas numa das seguintes bases:

- ECL de 12 meses, que resultam de possíveis eventos de default nos 12 meses após a data do reporte; e
- ECLs Lifetime, que resultam de todos os eventos de default durante a vida esperada de um instrumento financeiro.

Caso o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, deverá ser reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos próximos 12 meses. Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, deverá ser reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo.

Não decorrem impactos significativos na imparidade pela adoção da IFRS 9.

III. Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 mantém os requisitos existentes na IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

No entanto, de acordo com a IAS 39, todas as variações de Justo Valor dos passivos designados como FVTPL são reconhecidas nos Resultados, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, essas mudanças no Justo Valor são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação no Justo Valor que é atribuível a mudanças no risco de crédito do passivo é apresentado no Outro resultado integral (OCI) e não é transferível para resultados; e
- O valor restante da variação no Justo Valor é apresentado em Resultados.

O Grupo ainda não designou nenhum passivo financeiro como FVTPL e, atualmente, não tem intenção de o fazer. A avaliação preliminar do Grupo não indicou qualquer impacto relevante se os requisitos da IFRS 9 relativos à classificação de passivos financeiros fossem aplicados a 1 de janeiro de 2018.

Adicionalmente, de acordo com a IFRS 9 e conforme confirmação do Interpretations Committee do IASB, passivos financeiros modificados que não resultam em desreconhecimento devem ser mensurados na data da sua modificação pelo seu valor presente, aplicando como taxa de desconto a taxa efetiva original do passivo, sendo qualquer diferença reconhecida como um ganho ou perda nos resultados do exercício. O tratamento ao abrigo da IAS 39 permitia o diferimento desse diferencial através da taxa de juro efetiva, tratamento aplicado pela REN no âmbito da operação de troca de obrigações vincendas efetuada em 2016. Esta alteração apresenta um decréscimo no valor contabilístico dos respetivos passivos financeiros no montante de 11.838 milhares de Euros e um acréscimo no capital próprio da REN no montante 9.223 milhares de Euros (líquido de impostos no montante de 2.615 milhares de Euros).

IV. Contabilidade de Cobertura

À data de aplicação inicial da IFRS 9, o Grupo pode escolher como política contabilística manter os requerimentos relativos à contabilidade de cobertura da IAS 39 em vez dos da IFRS 9. O plano atual do Grupo passa pela aplicação da IFRS 9.

O Grupo REN decidiu adotar a componente de contabilidade de cobertura da IFRS 9, sendo que não decorrem impactos significativos pela adoção da componente de contabilidade de cobertura da IFRS 9.

V. Divulgações

A IFRS 9 requer novas divulgações, em particular no que diz respeito à contabilidade de cobertura, risco de crédito e perdas esperadas. O Grupo irá efetuar tais divulgações no âmbito do seu relatório anual.

- **IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes**

Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de ativos ou prestação de serviços; i) estabelece que a empresa reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita; ii) e o montante que reflete a contraprestação a que a empresa tem direito, como estabelecido na “metodologia das 5 etapas”. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IFRS 2 - Pagamento com base em ações**

Esta alteração clarifica as bases de mensuração das transações de pagamentos baseados em ações que são liquidadas financeiramente (“*cash-settled*”), assim como a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“*cash-settled*”) para liquidado com capital próprio (“*equity-settled*”). Uma alteração adicional é a introdução de uma exceção aos princípios da IFRS 2, a qual passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“*equity-settled*”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante do valor do plano para pagamento do imposto a que o empregado está sujeito, e pagar a quantia à autoridade fiscal. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)**

Ciclicamente são introduzidos melhoramentos que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2014-2016 incidiram na revisão: (i) da norma IFRS 1 (esta melhoria elimina as isenções temporárias previstas na transição para as IFRS, para a IFRS 7 e IAS 19, uma vez que estas já não são aplicáveis ao abrigo das respetivas normas); (ii) da norma IFRS 12 (esta melhoria clarifica que o âmbito da IFRS 12 inclui participações financeiras em subsidiárias, associadas e/ou empreendimentos conjuntos que fazem parte de grupos detidos para alienação (no âmbito da IFRS 5) e que a isenção da IFRS 12 respeita apenas à divulgação de informação financeira resumida destas entidades); e (iii) da norma IAS 28 (esta melhoria clarifica que os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos detidos por uma sociedade de capital de risco podem ser mensurados ao justo valor de acordo com a IFRS 9, de forma individual). Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira**

A IFRIC 22 corresponde a uma interpretação à IAS 21 - ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’, referindo-se à determinação da ‘data da transação’ quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira, sendo o fator que determina a taxa de câmbio a usar para conversão cambial das transações em moeda estrangeira à data da transação. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IAS 40 - Propriedades de investimento**

Esta alteração clarifica que a transferência de ativos só pode ser efetuada (de e para a categoria de propriedades de investimento) quando existe evidência da sua alteração de uso, sendo que a alteração de intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e apenas são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

- **IFRS 16 - Locações (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019)**

Esta norma substitui a IAS 17 - “Locações” e as interpretações associadas, com impacto na contabilização efetuada pelos locatários são obrigados a reconhecer para os contratos de locação, um passivo de locação correspondente aos pagamentos futuros das rendas da locação e respetivamente um ativo relativo ao “direito de uso”. Da futura adoção desta norma não se estima que ocorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IFRS 9 - Recursos de pré-pagamento com compensação negativa antecedentes (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019)**

Esta alteração, permite a classificação/mensuração de ativos financeiros ao custo amortizado mesmo que incluam condições que permitem o pagamento antecipado por um valor de contraprestação inferior ao valor nominal (“compensação negativa”), tratando-se de uma isenção aos requisitos previsto na IFRS 9 para a classificação de ativos financeiros ao custo amortizado. Adicionalmente, também é clarificado que quando se verifique uma modificação às condições de um passivo financeiro que não dê origem ao desreconhecimento, a diferença de

mensuração tem de ser registada de imediato nos resultados do exercício. Da futura adoção desta norma não se estima que ocorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2018.

Normas e interpretações, emendadas ou revistas não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados	Resumo
IFRS 17 - Contratos de seguros	01-jan-21	A IFRS 17 substitui a IFRS 4 – “Contratos de seguro”, a norma que vigora de forma interina desde 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.
IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento de impostos	01-jan-19	A IFRIC 23 corresponde a uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal.
Alterações à IAS 28 - Interesses em associadas e joint ventures	01-jan-19	Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9. Esta clarificação determina que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estejam sujeitos às regras de imparidade da IFRS 9 (modelo das 3 fases das perdas esperadas), antes de ser considerado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimento conjunto, quando existam indicadores de imparidade.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	01-jan-19	As alterações no ciclo 2015-2017 incidiram sobre as seguintes normas: (i) IAS 23 - Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de média ponderada dos custos de empréstimos genéricos obtidos, para capitalização nos ativos qualificáveis, devem ser incluídos os custos dos empréstimos obtidos especificamente para financiar ativos qualificáveis, quando os ativos específicos já se encontrem na condição de uso pretendido.; (ii) IAS 12 - Esta melhoria clarifica que o impacto fiscal da distribuição de dividendos deve ser reconhecido na data em que é registada a responsabilidade de pagar, devendo ser reconhecido por contrapartida de resultados do exercício, outro rendimento integral ou capital próprio consoante onde a entidade registou originalmente a transação ou evento que deu origem aos dividendos; e (iii) IFRS 3 e IFRS 11 - Estas melhorias clarificam que: i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; ii) quando um investidor numa operação conjunta, que não exerce controlo conjunto, obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, o interesse detido anteriormente não é remensurado.
Emendas à IAS 19: Alteração do Plano, Restrição ou Liquidação	01-jan-19	Se uma emenda, corte ou liquidação do plano ocorrer, agora é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano sobre os requisitos relativos ao limite máximo do ativo.
Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	01-jan-20	A Estrutura Conceptual revista inclui: um novo capítulo sobre mensuração; orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; definições de um ativo e um passivo e orientação que apoia essas definições; e esclarecimentos em áreas importantes, tais como as funções de administração, prudência e incerteza de mensuração em relatórios financeiros.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 30 de junho de 2018.

4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e um segmento secundário. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do Gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL, a distribuição de gás natural em baixa e média pressão e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL, de distribuição e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços a um único utilizador, o qual é também o principal utilizador da rede de transporte de gás em alta pressão, considerou-se que as mesmas estão sujeitas a riscos e benefícios similares.

O segmento de telecomunicações é também apresentado separadamente, embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	177.675	111.834	3.110	18.506	(24.114)	287.010
Inter-segmentos	166	6.723	-	17.225	(24.114)	-
Externas	177.509	105.112	3.110	1.280	-	287.010
Rendimentos de construção em ativos concessionados	27.582	11.695	-	-	-	39.277
Gastos de construção em ativos concessionados	(20.773)	(9.637)	-	-	-	(30.410)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	2.542	-	2.542
Fornecimentos e serviços externos	(19.590)	(21.551)	(811)	(7.352)	27.129	(22.176)
Gastos com pessoal	(9.717)	(6.264)	(135)	(11.137)	-	(27.253)
Outros gastos e rendimentos operacionais	6.920	236	(20)	(120)	(3.015)	4.000
Cash flow operacional	162.096	86.314	2.143	2.439	-	252.990
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	4.968	-	4.968
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(77.720)	(39.829)	(14)	(93)	-	(117.656)
Reversões / (reforços) de provisões	(195)	(38)	-	175	-	(57)
Reversões/ (reforços) de imparidade	-	84	-	(189)	-	(105)
Resultados de financiamento						
Rendimentos financeiros	317	6.004	15	76.446	(77.806)	4.975
Gastos de financiamento	(22.640)	(14.112)	-	(78.702)	77.806	(37.648)
Resultado antes de impostos	61.858	38.423	2.144	5.044	-	107.467
Imposto sobre o rendimento	(17.932)	(10.344)	(501)	(468)	-	(29.246)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(18.123)	(7.275)	-	-	-	(25.398)
Resultado líquido do exercício	25.802	20.804	1.643	4.576	-	52.823

Os resultados por segmento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	189.648	80.867	2.563	16.126	(16.212)	272.992
Inter-segmentos	300	202	31	15.680	(16.212)	-
Externas	189.349	80.665	2.532	446	-	272.992
Rendimentos de construção em ativos concessionados	37.535	3.322	-	-	-	40.857
Gastos de construção em ativos concessionados	(32.140)	(2.526)	-	-	-	(34.667)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	2.754	-	2.753
Fornecimentos e serviços externos	(19.464)	(10.866)	(804)	(8.117)	18.998	(20.252)
Gastos com pessoal	(10.212)	(3.608)	(129)	(10.851)	-	(24.800)
Outros gastos e rendimentos operacionais	8.212	940	(13)	5	(2.787)	6.356
Cash flow operacional	173.579	68.129	1.617	(84)	-	243.239
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	5.013	-	5.013
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(78.449)	(30.073)	(9)	(105)	-	(108.636)
Reversões / (reforços) de provisões	(76)	36	-	67	-	27
Reversões/ (reforços) de imparidade	-	(10)	-	(189)	-	(199)
Resultados de financiamento						
Rendimentos financeiros	372	5.281	15	79.589	(81.367)	3.889
Gastos de financiamento	(31.837)	(12.499)	-	(73.746)	81.367	(36.716)
Resultado antes de impostos	63.589	30.864	1.624	10.545	-	106.619
Imposto sobre o rendimento	(17.255)	(8.072)	(368)	(2.160)	-	(27.856)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(18.362)	(7.435)	-	-	-	(25.798)
Resultado líquido do exercício	27.971	15.357	1.255	8.385	-	52.965

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento “Outros” refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	918.524	-	1.691.460	(2.609.984)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.577.398	1.652.669	46	400	-	4.230.513
Outros ativos	512.000	616.099	6.439	6.406.301	(6.584.445)	956.394
Total do ativo	3.089.398	3.187.292	6.485	8.098.161	(9.194.429)	5.186.907
Total do passivo	2.435.183	1.631.255	3.108	6.324.842	(6.584.429)	3.809.959
Total do investimento no exercício	27.682	11.595	-	451	-	39.728
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	-	-	451	-	451
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	27.682	11.595	-	-	-	39.277
Investimentos em associadas (Nota 7)	-	-	-	161.227	-	161.227
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	-	-	2.661	-	2.661

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	1.036.482	-	1.754.181	(2.790.663)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.627.875	1.537.819	60	503	143.386	4.309.644
Outros ativos	621.858	690.228	6.619	6.098.689	(6.362.361)	1.055.032
Total do ativo	3.249.733	3.264.528	6.680	7.853.373	(9.009.638)	5.364.676
Total do passivo	2.582.858	1.670.210	2.593	6.008.028	(6.328.202)	3.935.487
Total do investimento no exercício	134.891	20.090	-	286	-	155.267
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	330	-	286	-	616
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	134.891	19.760	-	-	-	154.651
Investimentos em associadas (Nota 7)	-	-	-	159.216	-	159.216
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	-	-	2.811	-	2.811

Os passivos incluídos no segmento “Outros” correspondem, essencialmente, a financiamentos externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. e REN Finance, B.V. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.

As principais adições verificadas em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 detalham-se como se segue:

	Jun 2018	Dez 2017
Segmento eletricidade:		
Construção de linhas de 150KV e 220KV e outras	5.418	12.660
Construção de linha de 400 KV	5.218	49.317
Construção de novas subestações	301	6.671
Ampliação de subestações	11.425	38.071
Outras remodelações em subestações	1.999	4.428
Sistema de informação e telecomunicações	2.255	7.390
Construção zona-piloto - energia das ondas	102	205
Edifícios afetos à concessão	395	13.472
Outros ativos	568	2.676
Segmento gás:		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	1.531	8.228
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	349	1.586
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	1.169	4.416
Projetos de distribuição de gás natural	8.546	5.859
Segmentos outros:		
Outros ativos	451	286
Total das adições	39.728	155.267

As principais transferências nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 detalham-se como se segue:

	Jun 2018	Dez 2017
Segmento eletricidade:		
Construção de linhas de 150KV e 220KV e outras	5.783	12.607
Construção de linha de 400 KV	-	51.149
Ampliação de subestações	6.313	49.763
Outras remodelações em subestações	130	5.155
Sistema de informação e telecomunicações	-	7.623
Edifícios afetos à concessão	-	13.803
Outros ativos concessionados	-	1.491
Segmento gás:		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	-	7.931
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	-	1.269
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	628	4.410
Projetos de distribuição de gás natural	6.117	5.512
Total das transferências	18.971	160.714

Os ativos intangíveis em curso em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são conforme se segue:

	Jun 2018	Dez 2017
Segmento eletricidade:		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	32.215	27.363
Ampliação e remodelação de subestações	33.817	26.785
Projetos de novas estações	6.124	5.823
Edifícios afetos à concessão	1.142	796
Outros projetos	3.456	710
Segmento gás:		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	7.515	6.047
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	2.839	2.490
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	942	403
Projetos de distribuição de gás natural	4.763	2.082
Total do ativo em curso	92.811	72.499

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 30 de junho de 2018, ascenderam a 877 milhares de Euros (2.703 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 7.989 milhares de Euros (15.265 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017) (Nota 22).

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o valor líquido dos ativos intangíveis que foram financiados através de contratos de locação financeira, é como se segue:

	Jun 2018	Dez 2017
Valor bruto	5.700	6.517
Amortizações e depreciações acumuladas	(2.609)	(2.624)
Valor líquido	3.091	3.893

6 GOODWILL

A rubrica de “*Goodwill*” representa a diferença entre o montante pago na aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos identificáveis das empresas adquiridas, à data da aquisição do negócio, e em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 detalha-se da seguinte forma:

Subsidiárias	Ano de aquisição	Custo de aquisição	%	Jun 2018	Dez 2017
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	2006	32.580	100%	2.831	3.020
REN Gás Distribuição SGPS, S.A.	2017	517.862	100%	16.082	16.082
				<u>18.913</u>	<u>19.102</u>

O movimento no período findo em 30 de junho de 2018 foi o seguinte:

Subsidiárias	Saldo em 1 de janeiro de 2017			Saldo em 31 de dezembro de 2017			Saldo em 30 de junho de 2018
	Aumentos	Diminuições		Aumentos	Diminuições		
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	3.397	-	(377)	3.020	-	(189)	2.831
REN Gás Distribuição SGPS, S.A.	-	16.082	-	16.082	-	-	16.082
	<u>3.397</u>	<u>16.082</u>	<u>(377)</u>	<u>19.102</u>	-	<u>(189)</u>	<u>18.913</u>

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a informação financeira relativa às participações financeiras detidas detalha-se da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Sede social	30 de junho de 2018										Valor escriturado	Proporção no resultado
			Capital social	Ativo corrente	Ativo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Capital próprio	Rendimento integral total	%		
Método da equivalência patrimonial:														
Associada:														
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	209	26.010	404	-	425	(604)	25.815	25.211	40	10.119	(229)
Electrogas, S.A.	Transporte de Gás	Chile	18.242	7.233	45.957	11.154	12.078	13.991	7.138	29.958	37.096	42,5	151.108	2.922
													<u>161.227</u>	<u>2.692</u>
Empreendimento conjunto:														
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	5.726	291	670	19	628	(302)	5.327	5.025	50	2.661	(150)
													<u>163.888</u>	<u>2.542</u>

31 de dezembro de 2017														
Empresa	Atividade	Sede social	Capital social	Ativo corrente	Ativo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Capital próprio	Rendimento integral total	%	Valor escriturado	Proporção no resultado
Método da equivalência patrimonial:														
Associada:														
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	480	26.467	561	-	1.488	(1.103)	26.387	25.284	40	10.348	(1.317)
Electrogas, S.A.	Transporte de Gás	Chile	17.732	6.456	46.773	6.227	13.220	31.129	16.062	33.782	49.844	42,5	148.868	7.247
													159.216	5.930
Empreendimento conjunto:														
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	5.841	572	764	20	1.453	(360)	5.623	5.263	50	2.811	(180)
													162.027	5.749

Associadas

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empresas associadas” no período findo em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

Participações financeiras em associadas

A 1 de janeiro de 2017	11.666
Aquisição da participação na Electrogas	169.285
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	5.930
Atribuição de dividendos da Electrogas	(9.497)
Conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira	(18.239)
Outras variações de capital	73
A 31 de dezembro de 2017	159.216
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	2.692
Conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira	4.118
Atribuição de dividendos da Electrogas	(4.815)
Outras variações de capital	16
A 30 de junho de 2018	161.227

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Grupo adquiriu uma participação de 42,5%, do capital social da sociedade chilena - Electrogas S.A., pelo montante de 169.285 milhares de Euros. Esta sociedade detém um gasoduto na zona central do Chile com 165,6 Km de comprimento. Trata-se de um gasoduto de grande relevância no país, que liga o terminal de regaseificação de Quintero a Santiago (a capital e o maior centro populacional chileno) e a Valparaíso (um dos portos mais importantes do Chile). A sociedade tem como objeto social a prestação de serviços transporte de gás natural e outros combustíveis. O montante total de dividendos reconhecidos de associadas no decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, na demonstração consolidada dos resultados, foi de 4.815 milhares de euros, dos quais 2.192 milhares de euros foram recebidos e incluídos na demonstração dos fluxos de caixa.

O valor proporcional do resultado na OMIP, SGPS inclui o efeito do ajustamento proveniente de alterações às Demonstrações Financeiras de exercícios anteriores, efetuadas após aplicação do método de equivalência patrimonial. Esta participação encontra-se classificada como associada.

Empreendimentos conjuntos

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empreendimentos conjuntos” no período findo em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

Participações financeiras em empreendimentos conjuntos	
A 1 de janeiro de 2017	2.991
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	(180)
A 31 de dezembro de 2017	2.811
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	(150)
A 30 de junho de 2018	2.661

Na sequência de um acordo conjunto de parceria tecnológica entre a REN - Redes Energéticas Nacionais e a State Grid International Development (SGID), foi criado em maio de 2013 um centro de I&D, em Portugal, dedicado aos sistemas de energia denominado - Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A., controlado conjuntamente pelas duas entidades.

O referido Centro de Investigação pretende tornar-se uma plataforma de conhecimento internacional, catalisadora de soluções e ferramentas inovadoras, aplicadas à operação e planeamento das redes de transporte de energia.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a informação financeira relativa ao empreendimento conjunto detido detalha-se da seguinte forma:

	30 de junho de 2018					
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Gastos de juros	(Gasto) / rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto:						
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.131	6	19	(282)	(1)	(3)

	31 de dezembro de 2017					
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Gastos de juros	(Gasto) / rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto:						
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.025	10	20	(568)	(1)	2

8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 75% do seu capital, os quais devem conferir mais de 50% dos direitos de voto, e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018.

No exercício de 2018 o Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 21%, que será acrescida de uma derrama municipal de até um máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, e uma derrama estadual de (i) 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de Euros e 7.500 milhares de Euros, de (ii) 5,0% aplicável sobre lucro tributável entre 7.500 milhares de Euros e 35.000 milhares de Euros e de (iii) 9,0% para lucros tributáveis que excedam 35.000 milhares de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de, aproximadamente, 31,5%.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 30 de junho de 2018 foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação, utilizando uma taxa média face às perspetivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017 são detalhados como se segue:

	Jun 2018	Jun 2017
Imposto corrente	38.773	49.767
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(792)	(2.674)
Imposto diferido	(8.735)	(19.237)
Imposto sobre o rendimento	29.246	27.856

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	Jun 2018	Jun 2017
Resultado antes de impostos	107.467	106.619
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Variações patrimoniais positivas / (negativas)	3.490	-
Gastos não dedutíveis	1.143	389
Rendimentos não tributáveis	375	460
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Desvios tarifários	25.740	72.725
Provisões e imparidades	(137)	(434)
Reavaliações (incluídas no custo considerado dos ativos intangíveis)	(1.242)	2.603
Obrigações de benefícios de reforma	(2.281)	(2.405)
Instrumentos financeiros derivados	-	(17)
Outros	(25)	(27)
Lucro tributável	134.529	179.912
Imposto sobre o rendimento	27.451	37.424
Derrama estadual sobre o lucro tributável	8.742	9.331
Derrama municipal	2.193	2.685
Tributações autónomas	387	327
Imposto corrente	38.773	49.767
Imposto diferido	(8.735)	(19.237)
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(792)	(2.674)
Gasto com impostos sobre o rendimento	29.246	27.856
Taxa efetiva de imposto	27,2%	26,1%

Imposto sobre o rendimento

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” a pagar é detalhada no quadro seguinte:

	Jun 2018	Dez 2017
<u>Imposto sobre o rendimento do exercício:</u>		
Imposto estimado	38.773	91.404
Pagamentos por conta	(1.184)	(63.790)
Retenções na fonte por terceiros	(384)	(1.137)
Imposto a pagar /(recuperar)	(2.225)	3.480
Imposto a pagar	34.980	29.957

Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	Jun 2018	Dez 2017
Impactos na demonstração dos resultados:		
Ativos por impostos diferidos	6.697	21.563
Passivos por impostos diferidos	2.038	14.402
	8.735	35.965
Impactos no capital próprio:		
Ativos por impostos diferidos	1.596	(797)
Passivos por impostos diferidos	(2.864)	(1.328)
	(1.268)	(2.125)
Impacto líquido dos impostos diferidos	7.467	33.840

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

Evolução dos ativos por impostos diferidos - junho 2018

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Reavaliação de ativos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	2.886	36.506	36.227	928	21.117	74	97.737
Aumento/reversão por reservas	-	19	-	(69)	-	1.646	1.596
Reversão por resultados	(4)	(740)	(8)	(80)	(1.019)	-	(1.850)
Aumento por resultados	-	-	8.474	-	-	74	8.548
Movimento do período	(4)	(721)	8.466	(149)	(1.019)	1.720	8.293
A 30 de junho de 2018	2.881	35.786	44.692	778	20.098	1.794	106.030

Evolução dos ativos por impostos diferidos - dezembro 2017

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Reavaliação de ativos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2017	1.901	36.433	11.679	3.687	8.962	162	62.825
Alterações do perímetro	727	61	713	-	12.752	(108)	14.145
Aumento/reversão por reservas	-	308	-	(1.105)	-	-	(797)
Reversão por resultados	(64)	(296)	(102)	(1.655)	(591)	(13)	(2.721)
Aumento por resultados	321	-	23.936	-	(6)	33	24.284
Movimento do período	984	73	24.547	(2.760)	12.155	(88)	34.911
A 31 de dezembro de 2017	2.886	36.506	36.227	928	21.117	74	97.737

Em 30 de junho de 2018 os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente às (i) obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados, (ii) aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios e (iii) reavaliações de ativos.

Evolução dos passivos por impostos diferidos - junho 2018

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Alocação de justo valor	Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	26.639	22.856	39.240	10.790	9	99.534
Aumento/reversão por reservas	-	-	-	(1.404)	4.268	2.864
Reversão por resultados	(159)	(729)	(759)	-	(391)	(2.038)
Aumento por resultados	-	-	-	-	-	-
Movimentos do período	(159)	(729)	(759)	(1.404)	3.877	826
A 30 de junho de 2018	26.480	22.127	38.481	9.386	3.886	100.360

Evolução dos passivos por impostos diferidos - dezembro 2017

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Alocação de justo valor	Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2017	38.878	24.688	-	9.461	-	73.027
Alterações do perímetro	-	-	39.567	-	12	39.579
Aumento/reversão por reservas	-	-	-	1.328	-	1.328
Reversão por resultados	(12.240)	(1.832)	(327)	-	(3)	(14.402)
Movimentos do período	(12.240)	(1.832)	39.240	1.328	9	26.505
A 31 de dezembro de 2017	26.639	22.856	39.240	10.790	9	99.534

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

Diplomas legais (Reavaliações)	
Segmento eletricidade	Segmento gás natural
Decreto-Lei n° 430/78	Decreto-Lei n° 140/2006
Decreto-Lei n° 399-G/81	
Decreto-Lei n° 219/82	
Decreto-Lei n° 171/85	
Decreto-Lei n° 118-B/86	
Decreto-Lei n° 111/88	
Decreto-Lei n° 7/91	
Decreto-Lei n° 49/91	
Decreto-Lei n° 264/92	

9 CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias revistas nas IFRS, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

- junho de 2018

	Notas	Clientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	14	-	-	-	-	52.107	52.107	52.107
Clientes e outras contas a receber	12	447.331	-	-	-	-	447.331	447.331
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	36	36	36
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	11	-	-	-	149.768	-	149.768	149.768
Instrumentos financeiros derivados	13	-	14.689	-	-	-	14.689	14.689
		447.331	14.689	-	149.768	52.143	663.930	663.930
Passivos								
Empréstimos obtidos	17	-	-	-	-	2.754.187	2.754.187	2.806.039
Fornecedores e outras contas a pagar	20	-	-	-	-	504.344	504.344	504.344
Imposto sobre o rendimento a pagar	8	34.980	-	-	-	-	34.980	34.980
Instrumentos financeiros derivados	13	-	7.275	1.420	-	-	8.695	8.695
		34.980	7.275	1.420	-	3.258.531	3.302.206	3.354.058

- dezembro de 2017

	Notas	Clientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	14	-	-	-	-	61.458	61.458	61.458
Clientes e outras contas a receber	12	547.377	-	-	-	-	547.377	547.377
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	27	27	27
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	11	-	-	-	156.439	-	156.439	156.439
Instrumentos financeiros derivados	13	-	7.907	-	-	-	7.907	7.907
		547.377	7.907	-	156.439	61.485	773.208	773.208
Passivos								
Empréstimos obtidos	17	-	-	-	-	2.829.726	2.829.726	2.764.868
Fornecedores e outras contas a pagar	20	-	-	-	-	552.672	552.672	552.672
Imposto sobre o rendimento a pagar	8	29.957	-	-	-	-	29.957	29.957
Instrumentos financeiros derivados	13	-	6.960	-	-	-	6.960	6.960
		29.957	6.960	-	-	3.382.398	3.419.315	3.354.457

Os Empréstimos obtidos, tal como referido na Nota 3.6 das demonstrações Financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, são mensurados, no reconhecimento inicial ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, exceto relativamente aos quais tenha sido contratado algum derivado de cobertura de justo valor (Nota 13), caso em que se encontram mensurados ao justo valor. Não obstante, a REN procede à divulgação do justo valor da rubrica de Empréstimos obtidos na sua totalidade, tendo por base um conjunto de dados observáveis relevantes, os quais se enquadram no nível 2 da hierarquia do justo valor.

O justo valor dos Empréstimos obtidos e derivados são calculados pelo método dos cash flows descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas de mercado utilizado para cálculo do justo valor varia entre -0,358% e 1,264% (maturidades de um dia e quinze anos, respetivamente).

O justo valor dos empréstimos contraídos pelo Grupo é, em 30 de junho de 2018, de 2.806.039 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 2.764.868 milhares de Euros), dos quais 404.840 milhares de Euros se encontram parte registados a custo amortizado e inclui um elemento de justo valor resultante de movimentos nas taxas de juro (em 31 de dezembro de 2017 era de 403.689 milhares de Euros).

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 30 de junho de 2018, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação; e
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

		Jun 2018				Dez 2017			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:									
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Participações	94.434	51.783	-	146.217	101.311	51.591	-	152.902
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	6.300	-	6.300	-	724	-	724
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de justo valor	-	8.388	-	8.388	-	7.183	-	7.183
Outros investimentos financeiros	Fundo de Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-
		94.434	66.472	-	160.906	101.311	59.498	-	160.809
Passivos:									
Passivos financeiros ao justo valor	Empréstimos obtidos	-	404.840	-	404.840	-	403.689	-	403.689
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	7.275	-	7.275	-	6.109	-	6.109
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	-	1.420	-	1.420	-	851	-	851
		-	413.535	-	413.535	-	410.649	-	410.649

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

Gestão de riscos financeiros

Desde o último período anual de reporte até à data de 30 de junho de 2018, não se verificaram alterações significativas na gestão dos riscos financeiros da Empresa comparativamente aos riscos já divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017. A descrição dos riscos pode ser consultada na Nota 4 - Políticas de Gestão do Risco Financeiro das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

10 ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA VENDA

Em 30 de junho de 2018, o detalhe das rubricas “Ativo detido para venda” e “Passivo detido para venda” é o seguinte:

	Jun 2018
Ativos detidos para venda de operações descontinuadas:	
REN Portgás GPL, S.A.	665
Passivos detidos para venda de operações descontinuadas:	
REN Portgás GPL, S.A.	520

A REN procedeu à venda do negócio de gás de petróleo liquefeito (GPL) à ENERGYCO II, S.A. no dia 2 julho de 2018, pelo que à data de 30 de junho de 2018 o negócio já se encontrava detido para venda (Nota 33).

A operação foi feita através da REN Portgás Distribuição, que celebrou um contrato de compra e venda de ações, na qual alienou a totalidade das ações representativas do capital social da REN Portgás GPL.

11 INVESTIMENTOS EM INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO A JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	Sede social		% detida	Valor contabilístico	
	Localidade	País		Jun 2018	Dez 2017
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Pólo Espanhol)	Madrid	Espanha	10,00%	3.167	3.167
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	Madrid	Espanha	1,00%	94.434	101.311
Hidroeléctrica de Cahora Bassa ("HCB")	Maputo	Moçambique	7,50%	51.783	51.591
Coreso, S.A.	Bruxelas	Bélgica	7,90%	164	164
MIBGAS, S.A.	Madrid	Espanha	6,67%	202	202
Outras participações (inferiores a 100 milhares euros)	-	-	-	17	5
				149.768	156.439

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	HCB	REE	Coreso	MIBGÁS	Outras	Total
1 de janeiro de 2017	3,167	49,516	97,060	173	202	-	150,118
Alterações do perímetro	-	-	-	-	-	5	5
Ajustamento de justo valor	-	2,075	4,251	-	-	-	6,325
Alienações	-	-	-	(9)	-	-	(9)
31 de dezembro de 2017	3,167	51,591	101,311	164	202	5	156,439
1 de janeiro de 2018	3,167	51,591	101,311	164	202	5	156,439
Aquisições	-	-	-	-	-	12	12
Ajustamento de justo valor	-	192	(6,877)	-	-	-	(6,685)
30 de junho de 2018	3,167	51,783	94,434	164	202	17	149,768

A Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE") é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. O Grupo adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice "IBEX 35" e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 30 de junho de 2018.

A REN é detentora de 2.060.661.943 ações representativas de 7,5 % na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. ("HCB") do capital social e direito de voto da HCB, sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012, entre a REN, a Párpública - Participações Públicas, SGPS, S.A., a CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM - Electricidade de Moçambique, EP. Esta participação foi inicialmente registada pelo seu custo de aquisição (38.400 milhares de Euros) e posteriormente ajustada para o seu justo valor.

A REN detém uma participação financeira do capital social da Coreso, participada também por importantes TSO Europeus que, como iniciativa de Coordenação de Segurança Regional (RSCI), assiste os TSO no fornecimento de eletricidade em segurança na Europa. Neste contexto, a Coreso desenvolve e executa atividades de planeamento operacional que envolvem a análise e coordenação da rede regional Europeia de eletricidade, com foco na coordenação de serviços, variando desde a coordenação com vários dias de antecedência até perto do tempo real.

Em 30 de junho de 2018, a REN é ainda detentora de uma participação de 6,67%, adquirida no decorrer do primeiro semestre de 2016, do capital social do MIBGAS, S.A., sociedade gestora do mercado organizado de gás, o qual é responsável pelo desenvolvimento das atividades de operador de mercado grossista de gás natural na Península Ibérica.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI) em 2011, e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.167 milhares de Euros.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos referidos (OMEL, MIBGÁS e Coreso) e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis, estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais.

Relativamente ao investimento detido na OMEL, Coreso e MIBGÁS não existe na data de relato qualquer indício de imparidade.

Os ajustamentos nos investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral são registados em capital próprio na rubrica reserva de justo valor que em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 apresenta os seguintes montantes:

	Reserva de justo valor (Nota 16)
1 de janeiro de 2017	48.781
Varição de justo valor	6.325
Efeito fiscal	(1.328)
31 de dezembro de 2017	53.778
1 de janeiro de 2018	53.778
Varição de justo valor	(6.684)
Efeito fiscal	1.404
30 de junho de 2018	48.498

No decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 e 2017 os dividendos atribuídos ao Grupo foram como se segue:

	2018	2017
Red Electrica Corporación, S.A. ("REE")	3.595	3.360
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A ("HCB")	1.281	1.598
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Pólo Espanhol)	91	55
	4.968	5.013

Estes montantes foram reconhecidos em rendimentos financeiros na demonstração consolidada dos resultados, tendo sido recebidos 1.471 milhares de Euros durante o primeiro semestre de 2018.

12 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o detalhe da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” é o seguinte:

	Jun 2018			Dez 2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Cientes e outras contas a receber	307.277	6.005	313.282	396.558	4.168	400.726
Imparidade de clientes e contas a receber	(3.043)	-	(3.043)	(3.043)	-	(3.043)
Cientes - Valor líquido	304.234	6.005	310.239	393.515	4.168	397.683
Desvios tarifários	23.221	86.875	110.096	102.999	2.359	105.358
Estado e Outros Entes Públicos	26.996	-	26.996	44.336	-	44.336
Cientes e outras contas a receber	354.451	92.880	447.331	540.849	6.528	547.377

Na composição dos saldos de clientes e outras contas a receber em 30 de junho de 2018, assume particular relevância: (i) o montante em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 72.357 milhares de Euros (83.176 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017); (ii) da Galp, o qual ascende a 20.218 milhares de Euros (24.119 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017); e (iii) o montante a receber de 54.138 milhares de Euros, tal como definido pelo regulador ERSE, no quadro das medidas de sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional.

No saldo das contas de clientes e outras contas a receber em 30 de junho de 2018, destaca-se ainda a faturação não emitida da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade), no montante de 16.365 milhares de Euros (28.374 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017) e o montante a faturar à EDP Distribuição de Energia, S.A., de 8.190 milhares de Euros (5.567 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017), relativos aos CMEC, também refletidos na rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” (Nota 20).

Esta transação configura-se como uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Os movimentos ocorridos na rubrica de “Imparidade de clientes e outras contas a receber” detalha-se como se segue:

	Jun 2018	Dez 2017
Saldo inicial	(3.043)	(843)
Alterações do perímetro	-	(1.622)
Aumentos	-	(690)
Reversões	-	112
Saldo final	(3.043)	(3.043)

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nocional	30 de junho de 2018			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	300 000 mEUR	-	-	-	7.275
Swap de taxa de câmbio e de juro	72 899 mEUR	-	6.300	-	-
		-	6.300	-	7.275
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400 000 mEUR	-	8.388	-	-
		-	8.388	-	-
Derivados de negociação					
Derivados de negociação	60 000 mEUR	-	-	-	1.420
		-	-	-	1.420
Instrumentos financeiros derivados		-	14.689	-	8.695

	Nocional	31 de dezembro de 2017			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	300 000 mEUR	-	-	-	6.109
Swap de taxa de câmbio e de juro	72 899 mEUR	-	724	-	-
		-	724	-	6.109
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400 000 mEUR	-	7.183	-	-
		-	7.183	-	-
Derivados de negociação					
Derivados de negociação	60 000 mEUR	-	-	-	851
		-	-	-	851
Instrumentos financeiros derivados		-	7.907	-	6.960

A valorização da carteira de instrumentos financeiros derivados é baseada em avaliações de justo valor efetuadas por entidades externas especializadas.

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a contratos *swap* de taxa de juro e *cross currency swap*, contratados pelo Grupo com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e câmbio futuras, cujas contrapartes são instituições financeiras internacionais com uma sólida notação de risco e instituições nacionais de primeira linha.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor dos juros corridos, a receber ou a pagar à data de 30 de junho de 2018, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido a receber de 2.065 milhares de Euros (à data de 31 de dezembro de 2017 era de 2.119 milhares de Euros a receber).

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram as seguintes:

	Nocional de referência	REN paga	REN recebe	Vencimento	Jun 2018	Dez 2017
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juro	300 000 mEuros	[0,75%;0,751%]	[-0,321%;0,00%] - Taxas variáveis	2024	(7.275)	(6.109)
Swaps de taxa de câmbio e de juro	72.899 mEUR	5,64% (taxa variável a partir de 2019)	2,71%	2024	6.300	724
					(975)	(5.385)
Derivados designados como cobertura de justo valor						
Swaps de taxa de juro	400 000 mEuros	[-0,278%;0,062%] - taxas variáveis	[0,611%;1,724%]	[out-2020; fev-2025]	8.388	7.183
					8.388	7.183
Derivados designados como negociação						
Swaps de taxa de juro	60 000 mEuros	taxas variáveis a fixar no futuro	[0,00%;0,99%]	2024	(1.420)	(851)
					(1.420)	(851)
				Total	5.994	947

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos da carteira de instrumentos financeiros derivados é trimestral e semestral para os contratos de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, semestral e anual para os derivados designados como de cobertura de justo valor e semestral para o derivado de negociação.

O escalonamento do nocional de referência dos derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor em 30 de junho de 2018 é apresentado no quadro seguinte:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	-	-	300.000	300.000
Swaps de taxa de juro e câmbio (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	-	-	72.899	72.899
Swaps de taxa de juro (cobertura de justo valor)	-	-	100.000	-	-	-	300.000	400.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	-	60.000	60.000
Total	-	-	100.000	-	-	-	732.899	832.899

Swaps:**Cobertura de fluxos de caixa**

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de dívida, através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

À data de 30 de junho de 2018, o nocional dos derivados de cobertura de fluxos de caixa é de 300.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 300.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 30 de junho de 2018, é de 7.275 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2017 era de 6.109 milhares de Euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto.

De referir que são registados na demonstração dos resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap* a 30 de junho de 2018 é de 6.300 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2017 era de 724 milhares de Euros positivos).

O efeito cambial do subjacente (empréstimo), em 30 de junho de 2018, foi desfavorável no montante de 3.427 milhares de Euros, tendo sido compensado pelo efeito favorável do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício (em 30 de junho de 2017 foi favorável em 2.759 milhares de Euros).

A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor registada na demonstração da posição financeira em 30 de junho de 2018 foi de 6.551 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 5.921 milhares de Euros). Desta forma, o efeito registado na demonstração consolidada dos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 ascende a 630 milhares de Euros.

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é a 30 de junho de 2018 de 11.951 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 12.281 milhares de Euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura foram os seguintes:

	Justo valor	Impacto imposto diferido	Reserva cobertura
1 de janeiro de 2017	(17.542)	3.684	(13.858)
Varição de justo valor e ineficácia	5.261	(1.105)	4.156
31 de dezembro de 2017	(12.281)	2.580	(9.702)
1 de janeiro de 2018	(12.281)	2.580	(9.702)
Varição de justo valor e ineficácia	330	(69)	261
30 de junho de 2018	(11.951)	2.510	(9.441)

Cobertura de justo valor

O Grupo procede à cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros a taxa fixa decorrentes das emissões de dívida efetuadas através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa variável e recebe uma taxa fixa.

O notional dos derivados designados como cobertura de justo valor, em 30 de junho de 2018, é de 400.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2017 era também de 400.000 milhares de Euros). O risco coberto corresponde à variação do justo valor da dívida atribuíveis a movimentos nas taxas de juro de mercado. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro fixa em taxa de juro variável, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto.

Em 30 de junho de 2018, o justo valor destes *swaps* de taxa de juro é de 8.388 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2017 era de 7.183 milhares de Euros positivos).

As alterações de justo valor da dívida emitida decorrente do risco de taxa de juro são reconhecidas em resultados, por forma a compensar a variação de justo valor do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício.

À data de 30 de junho de 2018, a alteração de justo valor da dívida de 400.000 milhares de Euros relativa ao risco de taxa de juro reconhecida em resultados foi de 1.151 milhares de Euros positivos (em 30 de junho de 2017 era de 5.299 milhares de Euros positivos), resultando numa componente ineficaz de cerca de 132 milhares de Euros positivos (em 30 de junho de 2017 era de 151 milhares de Euros positivos).

Derivados de negociação

O Grupo detém um *forward start swap* de taxa de juro com data de início em 2019 e maturidade em 2024, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Este instrumento, apesar de não designado como de cobertura de acordo com a IAS 39, encontra-se a efetuar a cobertura económica do risco de flutuação das taxas de juro futuras para o período considerado.

O nocial deste derivado de negociação é de 60.000 milhares de Euros à data de 30 de junho de 2018 (em 31 de dezembro de 2017 era de 60.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos futuros de juros à taxa variável decorrente dos passivos financeiros do Grupo. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os fluxos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor do derivado de negociação, em 30 de junho de 2018, é de 1.420 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2017 era de 851 milhares de Euros negativos).

As variações de justo valor do derivado de negociação são registadas diretamente em resultados do exercício. O impacto nos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, relativo ao efeito do justo valor do derivado de negociação, foi um gasto de 569 milhares de Euros (a 30 de junho de 2017 foi registado um rendimento de 533 milhares de Euros).

14 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	Jun 2018	Dez 2017
Caixa	23	1
Depósitos bancários	52.084	61.457
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	52.107	61.458
Descobertos bancários (Nota 17)	(7.348)	(1.009)
Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa	44.759	60.448

15 CAPITAL SOCIAL, AÇÕES PRÓPRIAS E PRÉMIO DE EMISSÕES DE AÇÕES

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 667.191.262 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Jun 2018		Dez 2017	
	Número de ações	Capital Social	Número de ações	Capital Social
Capital Social	667 191 262	667 191	667 191 262	667 191

Em 30 de junho de 2018, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Percentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,6%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

16 RESERVAS

A rubrica de “Reservas” no montante de 309.290 milhares de Euros inclui:

- Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 30 de junho de 2018 esta rubrica ascende a 106.800 milhares de Euros;
- Reserva de justo valor: Inclui as variações nos investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral (48.498 milhares de Euros positivos), conforme detalhado na Nota 11;
- Reserva de cobertura: Inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (9.441 milhares de Euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 13; e
- Outras reservas: Esta rubrica é movimentada pela (i) aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias, (ii) variação cambial associada a participação financeira cuja moeda funcional é distinta do Euro e (iii) variação do capital próprio de entidades participadas, registadas pelo método de equivalência patrimonial. Em 30 de junho de 2018 esta rubrica ascende a 163.433 milhares de Euros.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal: (i) os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso; e (ii) os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos accionistas quando sejam realizados. A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

17 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, é como se segue:

	Jun 2018			Dez 2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	30.000	1.736.057	1.766.057	192.800	1.462.768	1.655.568
Empréstimos bancários	249.954	591.540	841.495	337.155	606.591	943.746
Papel comercial	150.000	-	150.000	70.000	150.000	220.000
Descobertos bancários (Nota 14)	7.348	-	7.348	1.009	-	1.009
Locações financeiras	1.282	1.712	2.994	1.385	2.176	3.561
	438.584	2.329.309	2.767.893	602.349	2.221.535	2.823.884
Juros a pagar - empréstimos	26.633	-	26.633	40.085	-	40.085
Juros pagos (antecipação)	(14.345)	(25.995)	(40.340)	(18.098)	(16.145)	(34.243)
Empréstimos	450.872	2.303.315	2.754.187	624.336	2.205.390	2.829.726

Os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Anos seguintes	Total
Dívida - Não Corrente	-	34.968	396.042	110.736	98.596	612.990	1.075.977	2.329.309
Dívida - Corrente	92.541	346.043	-	-	-	-	-	438.584
	92.541	381.011	396.042	110.736	98.596	612.990	1.075.977	2.767.893

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 30 de junho de 2018 é o seguinte:

30 de junho de 2018					
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante inicial	Capital em dívida	Taxa de juro	Periodicidade de pagamento de juros
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'					
26/06/2009	26/06/2024	mEUR 72.899 (i) (ii)	mEUR 72.899	Taxa fixa	Semestral
16/01/2013	16/01/2020	mEUR 150.000 (i)	mEUR 60.000	Taxa variável	Trimestral
17/10/2013	16/10/2020	mEUR 400.000 (ii)	mEUR 267.755	Taxa fixa EUR 4,75%	Anual
12/02/2015	12/02/2025	mEUR 300.000 (ii)	mEUR 500.000	Taxa fixa EUR 2,50%	Anual
01/06/2016	01/06/2023	mEUR 550.000	mEUR 550.000	Taxa fixa EUR 1,75%	Anual
18/01/2018	18/01/2028	mEUR 300.000	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 1,75%	Anual

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados *swaps* de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O Grupo detém cinco programas de papel comercial no valor de 975.000 milhares de Euros, estando disponíveis para utilização 825.000 milhares de Euros. Do valor total dos programas de papel comercial, 530.000 milhares de Euros possuem garantia de colocação.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 foram efetuadas as seguintes operações:

- O Grupo procedeu a uma nova emissão obrigacionista a taxa fixa no montante de 300.000 milhares de Euros; e
- O Grupo celebrou um *term facility agreement* com o banco Intesa SanPaolo no montante global de 150.000 milhares de Euros, o qual se encontra totalmente recebido.

A emissão obrigacionista de 162.800 milhares de Euros atingiu a sua maturidade no decurso do primeiro trimestre (31 de janeiro de 2018).

Na rubrica empréstimos bancários destacam-se os empréstimos contratados com o Banco Europeu de Investimento (BEI) que em 30 de junho de 2018 ascendiam a 436.818 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 450.349 milhares de Euros).

O Grupo tem ainda 91.500 milhares de Euros em linhas de crédito contratadas e não utilizadas com vencimentos até um ano, sendo renováveis periodicamente de forma automática (caso não sejam denunciadas no período contratualmente estipulado para o efeito).

O saldo da rubrica juros pagos (antecipação) inclui o montante de 24.078 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 26.500 milhares de Euros) relacionados com o refinanciamento de emissões obrigacionistas através de uma *Exchange Offer*, realizado durante o exercício de 2016.

Decorrente da cobertura de justo valor efetuada sobre a emissão de dívida de 400.000 milhares de Euros (Nota 13), foi reconhecida a alteração de justo valor dessas emissões relativa ao risco de taxa de juro diretamente em resultados, no montante de 1.151 milhares de Euros negativos (em 30 de junho de 2017 era de 5.299 milhares de Euros positivos).

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes *covenants* principais: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, rácios de *Leverage* e *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo). O rácio de *Gearing* do Grupo cumpre confortavelmente os limites definidos contratualmente estando 74% acima do valor mínimo.

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de rating e outros rácios financeiros em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI, no caso de verificação dos rácios ou notações de rating abaixo dos níveis estipulados.

O Grupo e as suas subsidiárias são parte em alguns contratos de financiamento e emissões de dívida, que incluem cláusulas de alteração de controlo típicas neste tipo de transações (abrangendo, ainda que de forma não expressa, alterações de controlo em resultado de ofertas públicas de aquisição) e essenciais para a concretização de tais transações no respetivo contexto de mercado. Em qualquer caso, a aplicação prática destas cláusulas é limitada considerando as restrições legais à titularidade de ações da REN.

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado nem a REN nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respetivas operações de financiamento.

Locações

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor atual do passivo das locações financeiras em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são detalhados como se segue:

	Jun 2018	Dez 2017
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	1.306	1.399
Entre 1 e 5 anos	1.733	2.211
	3.039	3.609
Custos financeiros futuros das locações financeiras	(46)	(48)
Valor atual do passivo das locações financeiras	2.994	3.561
	Jun 2018	Dez 2017
Valor atual das Locações financeiras		
Até 1 ano	1.282	1.385
Entre 1 e 5 anos	1.712	2.176
	2.994	3.561

18 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte (descrito como “Outros benefícios”). O benefício do prémio de antiguidade é extensível às restantes empresas do Grupo.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	Jun 2018	Dez 2017
Obrigações na demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	76.649	79.154
Cuidados médicos e outros benefícios	42.917	42.823
	119.566	121.977

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	Jun 2018	Jun 2017
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 25)		
Plano de pensões	2.147	2.250
Cuidados médicos e outros benefícios	641	647
Total de Gastos na demonstração dos resultados	2.788	2.897

Os valores reportados em 30 de junho de 2018 e 2017 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 31 de dezembro de 2017 e 2016, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 e 2017, considerando a estimativa de salários para o ano de 2018 e 2017, respetivamente.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios pós-emprego, são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	Dez 2017	Dez 2016
Taxa anual de desconto	1,80%	1,80%
Percentagem expectável de ativos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,00%	20,00%
Percentagem expectável de ativos elegíveis para reforma antecipada por actos de gestão	20,00%	20,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	0,80%	0,50%
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	1,80%	2,50%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	€306	€242
Taxa de crescimento das despesas de gestão	1,50%	1,50%
Idade de reforma (número de anos)	66	66
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

19 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

	Jun 2018	Dez 2017
Saldo inicial	9.035	6.955
Variações de perímetro	-	1.389
Aumentos	232	1.385
Reversão	(175)	(112)
Utilizações	(20)	(582)
Saldo final	9.071	9.035
Provisão não corrente	9.071	9.035
	9.071	9.035

Em 30 de junho de 2018 a rubrica de provisões refere-se, essencialmente, à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros e uma provisão para reestruturação no montante de 515 milhares de Euros relativa ao processo de reestruturação do Grupo em curso.

20 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 apresenta o seguinte detalhe:

	Jun 2018			Dez 2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente	165.500	-	165.500	220.249	-	220.249
Outros credores						
Credores diversos	70.768	52.914	123.682	45.089	45.951	91.040
Desvios tarifários	69.547	71.464	141.011	58.624	51.911	110.534
Fornecedores de investimento	39.625	-	39.625	87.250	-	87.250
Estado e outros entes públicos (i)	29.400	-	29.400	38.485	-	38.485
Proveitos diferidos						
Subsídios ao investimento	17.873	260.362	278.235	18.527	267.099	285.626
Acréscimos de custos						
Férias e subsídios e outros encargos férias	5.126	-	5.126	5.114	-	5.114
Fornecedores e outras contas a pagar	397.839	384.741	782.580	473.337	364.961	838.298

(i) Os saldos de Estado e outros entes públicos referem-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos.

Na composição dos saldos das contas a pagar a fornecedores, onde se incluem créditos diversos no âmbito da atividade do Grupo, destacam-se os seguintes: (i) o montante de 49.469 milhares de Euros, referentes à gestão dos CAE da Turbogás e Tejo Energia (44.619 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017); o montante de 19.291 milhares de Euros de projetos de investimento ainda não faturados (25.080 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017); e (iii) o montante de 16.365 milhares de Euros (28.374 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017 da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade) e (iv) o montante de 8.190 milhares de Euros do “CMEC - Custo para a Manutenção do Equilíbrio Contratual” a faturar pela EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., (5.567 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017), também refletidos na rubrica de “Clientes e outras contas a receber” (Nota 12). Esta transação configura uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

A rubrica de “Credores diversos” inclui: (i) 25.097 milhares de Euros (24.749 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017) relativo ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (“PPEC”), que visa apoiar financeiramente iniciativas que promovam a eficiência e redução do consumo de eletricidade, que deverá ser utilizado para financiar projetos de eficiência energética, de acordo com as métricas de avaliação definidas pela ERSE e (ii) a responsabilidade referente à contribuição extraordinária sobre o setor energético no montante de 25.333 milhares de Euros (Nota 28) (em 30 de junho de 2017 era de 25.798 milhares de Euros).

21 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados, é detalhado como se segue:

	Jun 2018	Jun 2017
Vendas de Materiais		
Mercado interno	34	15
	<u>34</u>	<u>15</u>
Prestações de Serviços - Mercado Interno		
Transporte de eletricidade e gestão global do sistema	175.065	186.581
Transporte de gás natural	48.629	59.200
Distribuição de gás natural	31.653	-
Armazenamento de gás natural	15.837	6.655
Regaseificação	7.775	14.759
Rede de telecomunicações [□]	3.075	2.518
Margem do Agente Comercial - REN Trading	2.235	2.501
Outros	2.706	764
	<u>286.976</u>	<u>272.977</u>
Total das Vendas e Prestações de serviços	<u>287.010</u>	<u>272.992</u>

22 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo REN não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão. O detalhe do rédito e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017 é como se segue:

	Jun 2018	Jun 2017
Rendimentos de construção - ativos de concessão		
Aquisições	30.410	34.667
Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	877	1.098
Encargos de estrutura, gestão e outros (Nota 5)	7.989	5.093
	<u>39.277</u>	<u>40.857</u>
Gastos de construção - ativos de concessão		
Aquisições	30.410	34.667
	<u>30.410</u>	<u>34.667</u>

23 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de “Outros rendimentos operacionais” é apresentada como se segue:

	Jun 2018	Jun 2017
Reconhecimento de subsídios ao investimento	8.992	9.038
Taxa de ocupação do subsolo	3.808	-
Proveitos suplementares	1.234	658
Alienação de materiais inutilizados	1.228	1.895
Outros	299	2.021
	15.561	13.611

24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017 apresentava o seguinte detalhe:

	Jun 2018	Jun 2017
Comissões a entidades externas i)	7.703	5.654
Custos de manutenção	3.407	2.729
Custos com energia elétrica	2.940	3.052
Subcontratos de transporte de gás	1.749	1.132
Custos com seguros	1.382	1.586
Custos de interligação - <i>cross border</i> ii)	1.291	2.311
Vigilância e segurança	985	835
Deslocações e estadas	607	524
Custos com publicidade e comunicação	427	419
Outros	1.686	2.009
Fornecimentos e serviços externos	22.176	20.252

i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.

ii) Os custos de interligação - *cross border* - representam o custo das trocas comerciais transfronteiriças.

25 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” decompõe-se da seguinte forma:

	Jun 2018	Jun 2017
Remunerações:		
Órgãos sociais	1.387	1.220
Pessoal	18.070	16.120
	19.457	17.339
Encargos sociais e outros gastos:		
Encargos sobre remunerações	3.913	3.570
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 18)	2.788	2.897
Custos de ação social	1.013	61
Outros	82	931
	7.796	7.460
Total de Gastos com o pessoal	27.253	24.800

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e outras empresas do grupo, bem como as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

26 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de “Outros gastos operacionais” é como se segue:

	Jun 2018	Jun 2017
Custos de funcionamento da ERSE i)	5.107	4.866
Taxa de ocupação do subsolo	3.761	-
Donativos e quotizações	924	912
Impostos	577	486
Outros	371	867
	10.740	7.131

i) A rubrica de Custos de funcionamento da ERSE refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

27 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é como se segue:

	Jun 2018	Jun 2017
Gastos de financiamento		
Empréstimos obrigacionistas	29.852	24.984
Outros empréstimos	4.702	7.378
Papel comercial	1.755	2.126
Instrumentos financeiros derivados	690	563
Outros gastos financeiros	649	1.665
	37.648	36.716
Rendimentos financeiros		
Instrumentos financeiros derivados	4.786	1.972
Outros investimentos financeiros	188	1.561
Juros obtidos	1	356
	4.975	3.889

28 CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO

A Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro veio introduzir uma contribuição específica sobre as entidades que operam no ramo da energia, denominada Contribuição Extraordinária sobre o Setor energético (CESE), tendo sido prorrogada pela Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro, para o exercício de 2018.

O regime criado visa financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor, através da constituição de um fundo com o principal objetivo de redução do défice tarifário. Encontram-se sujeitas a este regime, entre outras, as entidades que sejam concessionárias das atividades de transporte ou de distribuição de eletricidade e gás natural.

O cálculo da CESE incide sobre o valor dos elementos do ativo com referência ao primeiro dia do exercício económico de 2018 (1 de janeiro de 2018) que respeitem, cumulativamente, a Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial, e Ativos financeiros afetos a concessões ou a atividades licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados, (isto é, o valor reconhecido pela ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos, com referência a 1 de janeiro de 2018) caso este seja superior ao valor dos ativos referidos, sobre os quais é aplicada a taxa de 0,85%.

Na medida em que se trata de uma obrigação presente cujos factos originários já ocorreram, tendo tempestividade e quantia certas ou determinável, a REN reconheceu um passivo no montante de 25.333 milhares de Euros (Nota 20) (no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 foi de 25.798 milhares de Euros), por contrapartida de um gasto na demonstração consolidada dos resultados.

29 RESULTADO POR AÇÃO

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		Jun 2018	Jun 2017
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	52.823	52.965
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 15)	(2)	667.191.262	534.000.000
Efeito das ações próprias (Nota 15)		3.881.374	3.881.374
Nº de ações no período	(3)	663.309.888	530.118.626
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1)/(3)	0,08	0,10

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

30 DIVIDENDOS POR AÇÃO

No dia 3 de maio de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado de exercício de 2017, no montante de 114.090 milhares de Euros (0,171 Euros por ação), incluindo o dividendo atribuível às ações próprias no montante de 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 113.426 milhares de Euros.

31 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

31.1. Passivos contingentes

A Tejo Energia - Produção e Distribuição de Energia Eléctrica, S.A. deu início ao procedimento de resolução de litígios contra a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. (“REN Eléctrica”) e a REN Trading S.A. (“REN Trading”) quanto ao direito de serem considerados pagos os custos incorridos com o financiamento da tarifa social.

Este procedimento encontra-se previsto no procedimento de resolução de litígios do CAE, datado de 24 de novembro de 1993 (alterado posteriormente). De acordo com este CAE, a Tejo Energia atua na qualidade de produtor e vendedor e a REN Trading na qualidade de comprador da energia produzida na central eléctrica a carvão controlada pela Tejo Energia no Pego, em Portugal. A REN Eléctrica é conjunta e solidariamente responsável com a REN Trading, no que respeita à execução do CAE perante a Tejo Energia. A Tejo Energia veio reclamar a existência de uma obrigação da REN Trading (e solidariamente da REN Eléctrica) de reembolsar a Tejo Energia pelos pagamentos efetuados por esta relacionados com a tarifa social. O montante em causa em 30 junho de 2018 corresponde, aproximadamente, a 10.315 milhares de Euros, acrescido de juros.

31.2. Garantias prestadas

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	Jun 2018	Dez 2017
BEI	Para garantir empréstimos	253.624	262.915
Direcção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	23.032	20.500
Tribunal da Comarca de Lisboa	Garantir a suspensão do prosseguimento do processo de execução pendente	10.707	10.707
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.549	5.549
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	3.727	2.817
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	2.777	2.777
Estado Português	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	2.000	2.000
Câmara Municipal da Maia	Garantia de processos em curso	1.564	1.562
Câmara Municipal de Odivelas	Garantia de processos em curso	1.119	1.119
Câmara Municipal de Matosinhos	Garantia de processos em curso	-	822
Câmara Municipal de Matosinhos	Garantir a liquidação de dívida exequenda	-	817
Câmara Municipal do Porto	Garantia de processos em curso	368	385
Câmara Municipal de Silves	Garantia de processos em curso	352	352
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
União Europeia	Dar cumprimento aos requisitos contratuais no âmbito do contrato de financiamento	177	177
EP - Estradas de Portugal	Garantia de processos em curso	100	158
Direcção Estradas de Braga	Garantia de processos em curso	-	100
Outros (inferiores a 100 milhares de euros)	Garantia de processos em curso	325	232
		305.623	313.190

32 PARTES RELACIONADAS

Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Com referência a 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a estrutura acionista do Grupo REN é a seguinte:

	Jun 2018		Dez 2017	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid Europe Limited (Grupo State Grid)	166 797 815	25,0%	166 797 815	25,0%
Mazoon B.V. (Grupo Oman Oil Company S.A.O.C.)	80 100 000	12,0%	80 100 000	12,0%
Lazard Asset Management LLC	46 570 562	7,0%	45 034 126	6,7%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	35 496 424	5,3%	35 496 424	5,3%
Red Eléctrica Internacional, S.A.U.	33 359 563	5,0%	33 359 563	5,0%
The Capital Group Companies, Inc.	31 691 585	4,8%	31 691 585	4,8%
Great-West Lifeco, Inc.	13 719 885	2,1%	13 719 885	2,1%
Ações próprias	3 881 374	0,6%	3 881 374	0,6%
Outros	255 574 054	38,3%	257 110 490	38,5%
	667 191 262	100%	667 191 262	100%

Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado, de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN, SGPS ascenderam a 1.163 milhares de Euros (1.220 milhares de Euros em 30 de junho de 2017), conforme quadro seguinte:

	Jun 2018	Jun 2017
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	735	792
Prémio de gestão (estimativa)	428	428
	1 163	1 220

Transações de ações por membros do Conselho de Administração

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, a REN foi informada da transação de compra de 5.000 ações da REN, por parte do presidente da comissão de auditoria e vogal do conselho de administração da REN, Manuel Ramos de Sousa Sebastião.

Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii) serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

O Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

Rendimentos

	Jun 2018	Jun 2017
<u>Vendas e prestações de serviços</u>		
Faturação emitida - OMIP	29	44
Faturação emitida - CHINA ELECTRIC POWER RESEARCH INSTITUTE	-	90
Faturação emitida - REE	905	1.171
Faturação emitida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	83	64
<u>Dividendos:</u>		
REE	3.595	3.360
	4.612	4.729

Gastos

	Jun 2018	Jun 2017
<u>Fornecimentos e serviços externos</u>		
Faturação recebida - REE	3.425	6.264
Faturação recebida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	1	-
Faturação recebida - CMS Rui Pena & Arnaut ¹	84	85
	3.510	6.349

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luís Arnaut

Saldos

Nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 31 dezembro de 2017, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	Jun 2018	Dez 2017
<u>Cientes e outras contas a receber</u>		
OMIP - outros devedores	8	-
Oman Oil - outros devedores	1	1
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros devedores	10	25
REE - Clientes	52	19
	71	45
<u>Fornecedores e outras contas a pagar</u>		
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros credores	1	171
REE - Fornecedores	689	871
CMS - Rui Pena & Arnaut - saldo em fornecedores ¹	2	40
	692	1.082

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luís Arnaut

33 EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 2 de julho a REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. comunicou ao mercado e ao público em geral que, nessa data, a sua subsidiária REN Portgás Distribuição, S.A. celebrou um contrato de compra e venda de ações através do qual alienou, também na presente data, as ações representativas da totalidade do capital social da REN Portgás GPL, S.A. à ENERGYCO II, S.A..

A transação terá um impacto estimado de, aproximadamente, 4.000 milhares de Euros nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo REN e que o preço recebido pela venda das ações representativas da totalidade do capital social da REN Portgás GPL, S.A. à ENERGYCO II, S.A. corresponde a um encaixe financeiro de 4.000 milhares de Euros.

A REN tem como estratégia focar-se em negócios regulados e nesse sentido decidiu alienar o negócio de gás de petróleo liquefeito (GPL) que adquiriu aquando da aquisição da EDP Gás em 2017.

O Contabilista Certificado

Pedro Mateus

O Conselho de Administração

Rodrigo Costa
(Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

Jorge Magalhães Correia
(Vogal do Conselho de Administração)

João Faria Conceição
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Manuel Sebastião
(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Gonçalo Morais Soares
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Gonçalo Gil Mata
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Guangchao Zhu
(Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

Maria Estela Barbot
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Mengrong Cheng
(Vogal do Conselho de Administração)

José Luis Arnaut
(Vogal do Conselho de Administração)

Li Lequan
(Vogal do Conselho de Administração)

Manuela Veloso
(Vogal do Conselho de Administração)

Omar Al Wahaibi
(Vogal do Conselho de Administração)

Nota: As restantes folhas do presente Relatório e Contas foram rubricadas pelos membros da Comissão Executiva e pelo Contabilista Certificado, Pedro Mateus.

4. ANEXOS

4.1 Declaração de Conformidade

*DECLARAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 246.º, N.º 1, ALÍNEA C)
DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS*

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., abaixo identificados nominativamente, subscreveu a seguinte declaração que a seguir se transcreve¹:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada, que as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no seu perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar relativo ao primeiro semestre de 2018 expõe fielmente a evolução do negócio, o desempenho e posição dessas empresas, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas futuros.

Lisboa, 26 de julho de 2018”

Rodrigo Costa (Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

João Faria Conceição (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Gonçalo Morais Soares (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Guangchao Zhu (Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid Europe Limited)

Mengrong Cheng (Vogal do Conselho de Administração)

Li Lequan (Vogal do Conselho de Administração)

Omar Al-Wahaibi (Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Magalhães Correia (Vogal do Conselho de Administração)

Manuel Sebastião (Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Gonçalo Gil Mata (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Maria Estela Barbot (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

José Luis Arnaut (Vogal do Conselho de Administração)

Manuela Veloso (Vogal do Conselho de Administração)

¹ Os originais das declarações individuais referidas encontram-se disponíveis para consulta na sede da Sociedade.

4.2 Lista de participações qualificadas [Alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008]

Lista de Titulares de Participações Qualificadas (a 30.06.2018)	N.º de ações	Capital (%)	Direitos de voto (%)
State Grid Corporation of China	166.797.815 ¹	25,0%	25,00%
Oman Oil Company SAOC	80.100.000 ²	12,0%	12,00%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	35.496.424 ³	5,3%	5,31%
Red Eléctrica Corporación, S.A.	33.359.563 ⁴	5,0%	5,00%
The Capital Group Companies, Inc.	25.365.000 ⁵	4,7%	4,75%
Great-West Lifeco, Inc.	10.980.987 ⁶	2,0%	2,06%
Lazard Asset Management LLC	36.043.972 ⁷	5,4%	5,40%

Deste modo, nos termos do disposto no artigo 20.º do Cód.VM, com referência a 30 de junho de 2018 e de acordo com as informações transmitidas pelos acionistas e/ou dirigentes, as participações qualificadas de acionistas a que sejam imputáveis direitos de voto correspondentes a, pelo menos, 2% dos direitos de voto inerentes ao capital social da REN são as seguintes:

	N.º de ações	% Direitos de voto
State Grid Corporation of China (através da State Grid Europe Limited)	166.797.815	25,00%
Oman Oil Company SAOC (através da Mazoon B.V.)	80.100.000	12,00%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (inclui 119.889 ações detidas pela Via Directa, 37.537 ações detidas pela CPR, 98.732 detidas pela Fidelidade Assistência e 63.470 detidas pela Multicare)	35.496.424	5,31%
Red Eléctrica Corporación, S.A. (através da Red Eléctrica Internacional, S.A.U.)	33.359.563	5,00%
The Capital Group Companies, Inc. (inclui 5.280.000 ações através de contas sob gestão discricionária de sociedades gestoras de fundos em relação de domínio ou de grupo com The Capital Group Companies, Inc e 20.085.000 ações detidas pela SMALLCAP World Fund, Inc.)	25.365.000	4,75%
Great-West Lifeco, Inc. (inclui 82 ações detidas pela PanAgora Asset Management, Inc., 10.740.000 ações detidas através de organismos de investimento coletivo geridos pela Setanta Asset Management Limited, 218.682 ações detidas através de organismos de investimento coletivo geridos pela GLC Asset Management Group Ltd., e (iv) 22.223 ações detidas através do sub-fundo Indexed World Small Cap Equity, sub-fundo da Beresfird Funds plc, gerido pela Irish Life Investment Managers Limited)	10.980.987	2,06%
Lazard Asset Management LLC (ações detidas por conta de Clientes, e imputável àquela por ter acordado com estes o exercício dos respetivos direitos de voto)	36.043.972	5,40%

¹ Através da State Grid Europe Limited (SGEL), controlada pela State Grid International Development Limited (SGID), que é controlada pela State Grid Corporation of China.

² Através da Mazoon B.V., controlada pela Oman Oil Holding Europe B.V., que é controlada pela Oman Oil Company SAOC.

³ A participação qualificada da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade) inclui (i) 35.176.796 ações detidas diretamente pela Fidelidade, (ii) 119.889 ações detidas pela Via Direta – Companhia de Seguros, S.A. (Via Direta), (iii) 37.537 ações detidas pela CPR – Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (CPR), sociedades controladas integralmente pela Fidelidade, (iv) 98.732 ações detidas pela Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade Assistência) e (v) 63.470 ações detidas pela Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (Multicare) controladas pela LongRun Portugal, SGPS, SA (Longrun). 84.98% das ações e direitos de voto da Fidelidade são detidos pela LongRun, que por sua vez é detida integralmente pela Millennium Gain Limited, que é detida a 100% pela Fosun Financial Holdings Limited, que por sua vez é integralmente detida pela Fosun International Limited, sociedades às quais são imputáveis as ações acima mencionadas.

⁴ Através da Red Eléctrica Internacional, S.A.U., que é controlada pela Red Eléctrica Corporación, S.A..

⁵ Inclui 5.280.000 detidas através de contas sob gestão discricionária de sociedades gestoras de fundos com relação de domínio ou de grupo com The Capital Group Companies, Inc. e 20.085.000 ações detidas pela SMALLCAP World Fund, Inc..

⁶ A participação qualificada da Great-West Lifeco, Inc. inclui as seguintes ações detidas por sociedades em relação de domínio com a Great-West Lifeco, Inc.: (i) 82 ações detidas através da PanAgora Asset Management, Inc., (ii) 10.740.000 ações detidas através de organismos de investimento coletivo geridos pela Setanta Asset Management Limited, (iii) 218.682 ações detidas através de organismos de investimento coletivo geridos pela GLC Asset Management Group Ltd., e (iv) 22.223 ações detidas através do sub-fundo Indexed World Small Cap Equity, sub-fundo da Beresfird Funds plc, gerido pela Irish Life Investment Managers Limited.

⁷ Participação detida pela Lazard Asset Management LLC por conta de Clientes, e imputável àquela por ter acordado com estes o exercício dos respetivos direitos de voto. A participação qualificada é ainda imputável a (i) Lazard Freres & Co, que detém a totalidade da primeira; (ii) Lazard Group LLC, que detém a totalidade da segunda; e (iv) Lazard Limited, sociedade com as ações admitidas à negociação no mercado NYSE, enquanto controladora daquela.

4.3 Valores mobiliários detidos por titulares dos órgãos sociais [Alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008]

Conselho de Administração conforme composição em 30.06.2018

	Conselho de Administração	Aquisições	Onerações	Alienações	N.º de ações em 30.06.2018
Comissão Executiva	Rodrigo Costa	-	-	-	0 (zero)
	João Faria Conceição	-	-	-	500
	Gonçalo Morais Soares	-	-	-	0 (zero)
	Guangchao Zhu - designado pela State Grid International Development Limited	-	-	-	0 (zero)
	Mengrong Cheng	-	-	-	0 (zero)
	Li Lequan	-	-	-	0 (zero)
	Omar Al-Wahaibi	-	-	-	0 (zero)
Comissão de Auditoria	Jorge Magalhães Correia	-	-	-	35.496.424 ¹
	Manuel Sebastião	-	-	-	35.000
	Gonçalo Gil Mata	-	-	-	0 (zero)
	Maria Estela Barbot	-	-	-	0 (zero)
	José Luís Arnaut	-	-	-	7.587 ²
	Manuela Veloso	-	-	-	0 (zero)

Em 30 de junho de 2018, os membros dos órgãos sociais e de fiscalização da Sociedade, eram titulares das seguintes obrigações emitidas pela REN:

Conselho de Administração	Aquisições	Onerações	Alienações	N.º de obrigações em 30.06.2018
Jorge Magalhães Correia	-	-	-	1.200.000 ³

¹ Corresponde às ações imputáveis à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., as quais lhe são imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC, em virtude do exercício de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva dessa sociedade.

² Titular de 480 ações em nome próprio e 7.107 ações através da sociedade Platinumdetail – Consultoria e Investimentos, Lda., da qual detém a maioria do capital social e onde exerce as funções de gerente.

³ Corresponde às obrigações detidas pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. sociedade onde exerce o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva.

Durante o 1.º semestre de 2018, a REN foi informada das seguintes transações ocorridas durante o exercício a que este relatório respeita relativamente a ações e obrigações da REN, relevantes para efeitos do artigo 14.º do Regulamento 5/2008 da CMVM e do artigo 447.º do Código dos Valores Mobiliários:

Manuel Sebastião, membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria da REN, informou sobre a transação de ações da REN:

Tipo de transação	Local	Quantidade	Preço	Data da transação
Compra	Euronext Lisbon	5.000	2,33	30-05-2018

4.4 Relatório de revisão limitada elaborado por auditor registado na CMVM sobre a informação semestral consolidada



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000

Fax: +351 217 957 586

www.ey.com

Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras Consolidadas

Introdução

Efetuíamos uma revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas anexas de REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2018 (que evidencia um total de 5.186.907 milhares de Euros e um total de capital próprio de 1.376.948 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo, de 52.823 milhares de Euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34), e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras consolidadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISRE 2410 - Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuado pelo Auditor Independente da Entidade, e demais normas e orientações técnicas e éticas da ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras consolidadas não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras consolidadas anexas de REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. em 30 de junho de 2018 não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Lisboa, 26 de julho de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:

Rui Abel Serra Martins - ROC n.º 1119
Registado na CMVM com o n.º 20160731

4.5 Relatório e parecer da Comissão de Auditoria sobre informação semestral consolidada (do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018)

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas, a Comissão de Auditoria, durante o primeiro semestre de 2018, acompanhou a evolução da atividade da REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. e empresas participadas, zelou pela observância da lei, regulamentos e contrato de sociedade, supervisionou o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e fiscalizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, a eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos, bem como a independência e atividade do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

A Comissão de Auditoria examinou a informação financeira consolidada contida na secção Desempenho Económico e Financeiro e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2018 da REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira (que evidencia um ativo total de 5.186.907 milhares de Euros e um capital próprio de 1.376.948 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado no montante de 52.823 milhares de Euros), nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data e no correspondente Anexo.

A Comissão de Auditoria analisou igualmente o Relatório de Revisão Limitada sobre a referida informação semestral consolidada elaborado pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o qual mereceu o seu acordo.

Face ao exposto, a Comissão de Auditoria é de opinião que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 está de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 26 de julho de 2018

A Comissão de Auditoria

Manuel Sebastião

Gonçalo Gil Mata

Maria Estela Barbot

4.6 Contactos

Sendo política da REN facilitar o acesso direto às diversas entidades corporativas do Grupo, são divulgados abaixo os respetivos endereços eletrónicos:

Direção Relações com o Investidor

Ana Fernandes - Diretora

ana.fernandes@ren.pt

Alexandra Martins

alexandra.martins@ren.pt

Telma Mendes

telma.mendes@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Relações com o Investidor

Avenida dos Estados Unidos da América, 55

1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 46

Telefax: 21 001 31 50

E-mail: ir@ren.pt

Direção Comunicação e Sustentabilidade

Margarida Ferreirinha

margarida.ferreirinha@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Direção Comunicação e Sustentabilidade

Avenida dos Estados Unidos da América, 55

1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 00

Telefax: 21 001 31 50

E-mail: comunicacao@ren.pt